ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RAFAEL BAPTISTA PERIM DE ALMEIDA RODRIGUES

# RECURSOS HÍDRICOS E A POSSIBILIDADE ISRAELENSE DE AMPLIAR SEU *LEBENSRAUM*:

## Uma análise à luz dos conceitos de Friedrich Ratzel e Brahma Chellaney

Rio de Janeiro

2022

CC RAFAEL BAPTISTA PERIM DE ALMEIDA RODRIGUES

# RECURSOS HÍDRICOS E A POSSIBILIDADE ISRAELENSE DE AMPLIAR SEU *LEBENSRAUM*:

## uma análise à luz dos conceitos de Friedrich Ratzel e Brahma Chellaney

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: Carlos Augusto de Lima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

C-EMOS 2022

# RECURSOS HÍDRICOS E A POSSIBILIDADE ISRAELENSE DE AMPLIAR SEU *LEBENSRAUM*:

## Uma análise à luz dos conceitos de Friedrich Ratzel e Brahma Chellaney

Rio de Janeiro

2022

C-EMOS 2022

# RECURSOS HÍDRICOS E A POSSIBILIDADE ISRAELENSE DE AMPLIAR SEU *LEBENSRAUM*:

## uma análise à luz dos conceitos de Friedrich Ratzel e Brahma Chellaney

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: C-EMOS 2022

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por conceder-me saúde, resiliência e sustentar-me nesta longa e desafiadora jornada de estudos e pesquisas.

À minha amada esposa Danielle, por cuidar de nosso lar e estar ao meu lado, apoiando-me e incentivando-me a não esmorecer diante dos diversos desafios enfrentados ao longo dos anos em que estamos juntos. Palavras são insuficientes para expressar o amor e a gratidão que sinto por você. Muito obrigado!

Ao meu filho Lucas que, desde o ventre da mamãe, se tornou minha maior inspiração, força e exemplo de que nunca devemos desistir. Aceite meu sincero agradecimento como forma de desculpa por todos os momentos que o privei de minha companhia. Papai te ama!

Ao meu orientador, CF Carlos Augusto de Lima, agradeço pelos valiosos conselhos transmitidos, sempre de maneira amigável e cortês. Suas orientações foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Ao CF (RM-1) Ohara Barbosa Nagashima, agradeço a forma precisa, motivada e segura com que nos ministrou a disciplina de Metodologia Científica, transmitindo-nos os conhecimentos e a tranquilidade necessários para a condução de nossos trabalhos.

Aos amigos da Turma Almirante Luiz Leal Ferreira e demais amigos que compõem a Turma C-EMOS 2022, agradeço a amizade e as experiências compartilhadas.

À Escola de Guerra Naval, por meio de sua direção, corpo docente e administração que não mediram esforços para tornar possível a ampliação dos meus conhecimentos e minha preparação para as futuras funções que exercerei na Marinha.

Por fim, agradeço a meus pais, Vicinius e Christina, pelo amor, carinho e dedicação na minha criação e educação. Vocês sempre serão o maior exemplo de caráter para mim. Muito obrigado por tudo!

*... the locations of water-extraction points has determined the location of Palestinian towns and villages, later that of the Jewish settlements, and recently the meanderings of the path of the Wall in this region.*

(WEIZMAN, 2007, p. 19)

**RESUMO**

O propósito da pesquisa é verificar se, em 2002, a decisão unilateral israelense de construir um Muro de Separação na Cisjordânia, desrespeitando as fronteiras estabelecidas em 1948 e avançando para além da Linha Verde (*Green Line*), sofreu influência, em algum grau, do conceito de Espaço Vital (*Lebensraum*) e das Leis do Crescimento Espacial dos Estados, propostos por Friedrich Ratzel, considerando alguns dos conceitos atinentes à escassez hídrica, apresentados por Brahma Chellaney. Ressalta-se a relevância da pesquisa, pois nos permite a reflexão acerca das possíveis formas, muitas vezes sutis ou sob alegações distintas das reais motivações, que um Estado pode movimentar-se geopoliticamente em busca do controle de recursos valiosos e escassos como a água. A metodologia utilizada foi o confronto entre teoria e realidade, por meio de pesquisa investigativa, bibliográfica e documental. Por meio deste trabalho buscou-se compreender a influência dos recursos hídricos nos movimentos políticos israelenses, em especial, na Cisjordânia. Após o estudo e a análise realizada, constatou-se a importância do controle da água para a manutenção do desenvolvimento e da hegemonia de Israel na região e a forte influência que ela exerce nas decisões políticas daquele Estado, mesmo que, por vezes, esse fator esteja embutido em outras questões.

Palavras-chave: Muro de Separação da Cisjordânia. Leis do crescimento espacial dos estados. Espaço vital. Recursos hídricos. Assentamentos. Escassez hídrica. Desenvolvimento. Segurança.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Recursos Hídricos de Superfície e Subterrâneos Transfronteiriços da Palestina e Israel: Sistema do Rio Jordão e quatro Aquíferos ..... 61

Figura 2 – Linha Verde (*Green Line*), 1948 ..... 62

Figura 3 – Consumo total de água de Israel, em MCM/ano, 1948-2003 ..... 63

Figura 4 – Evolução do PIB de Israel, 1960-2022 ..... 64

Figura 5 – Território Hidroestratégico para Israel na Cisjordânia ..... 65

Figura 6 – Muro de Separação da Cisjordânia ..... 66

Figura 7 – Número de civis mortos, por ano, após as negociações de Camp David II ..... 67

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Alocações/consumo das fontes de recursos hídricos transfronteiriços entre Israel e a Palestina, 2003 ..... 68

Tabela 2 – Recarga natural, descarga e taxa de captação dos poços das Bacias que compõem o Aquífero da Montanha, 2001 ..... 69

Tabela 3 – Produção e consumo de água israelense e dados de consumo de água palestina, 1946-2003 ..... 70

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EUA – Estados Unidos da América

FDI – Forças de Defesa de Israel

JWC – *Joint Water Comittee*

MCM – *Millions of Cubic Meters* (Milhões de metros cúbicos)

NWC – *National Water Carrier*

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

PWA – *Palestinian Water Authority*

WBWD – *West Bank Water Department* (Departamento de Água da Cisjordânia)

**SUMÁRIO**


**1 INTRODUÇÃO** ..... 11

**2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL** ..... 14

2.1 O ESPAÇO VITAL E AS LEIS DO CRESCIMENTO ESPACIAL DOS ESTADOS ..... 14

2.2 A ESCASSEZ HÍDRICA E SUAS IMPLICAÇÕES ..... 20

**3 O ESTADO MODERNO DE ISRAEL**..... 24

3.1 FATORES GEOGRÁFICOS ..... 24

**3.1.1 Recursos hídricos superficiais transfronteiriços** ..... 25

**3.1.2 Recursos hídricos subterrâneos transfronteiriços** ..... 26

3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS ..... 27

**3.2.1 Do Movimento Sionista (1896) ao estabelecimento da Linha Verde (1949)** ..... 27

**3.2.2 Do Armistício Árabe-Israelense (1949) à Guerra dos Seis Dias (1967)** ..... 29

**3.2.3 Da Guerra dos Seis Dias (1967) ao Acordo de Oslo II (1995)** ..... 31

3.2.3.1 Política Israelense de assentamentos ..... 33

**3.2.4 De 1995 a 2005: a hegemonia hídrica Israelense** ..... 35

3.3 O PODER E O CONTROLE DOS RECURSOS HÍDRICOS ..... 36

**4 A SITUAÇÃO HÍDRICA DE ISRAEL E O MURO DE SEPARAÇÃO DA CISJORDÂNIA** ..... 38

4.1 A SITUAÇÃO HÍDRICA DE ISRAEL ..... 38

4.2 OS ARGUMENTOS HIDROESTRATÉGICOS E A CONSTRUÇÃO DO MURO DE SEPARAÇÃO DA CISJORDÂNIA ..... 42

**4.2.1 O muro de separação da Cisjordânia** ..... 42

**5 ANÁLISE SEGUNDO OS CONCEITOS TEÓRICOS APRESENTADOS** ..... 46

5.1 ANÁLISE SEGUNDO OS CONCEITOS DE FRIEDRICH RATZEL ..... 46

5.2 ANÁLISE SEGUNDO OS CONCEITOS DE BRAHMA CHELANEY ..... 48

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 51

**REFERÊNCIAS** ..... 56

**ANEXOS** ..... 61

# 1 INTRODUÇÃO

A água é um recurso vital para o ser humano. À medida que esse bem tão essencial para a vida humana começa a se esgotar, as disputas por suas fontes se intensificam. Adicionalmente aos rios e bacias hidrográficas, o controle dos aquíferos que se espalham pelos territórios dos diferentes Estados tem se apresentado não só como um ponto de interesse, mas também como foco de tensão entre eles.

O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2022 (UNESCO, 2022) destacou a importância dos aquíferos na solução da crise hídrica mundial. Segundo o relatório, as águas subterrâneas representam 99% de toda a água doce líquida da Terra e, atualmente, fornecem metade do volume captado para uso doméstico pela população global e cerca de 25% de toda a água utilizada para irrigação.

Além disso, os sistemas de aquíferos podem auxiliar a minimizar o impacto causado pelas mudanças climáticas na disponibilidade de água doce. Por serem subterrâneos, os aquíferos incorrem em perdas por evaporação substancialmente menores do que os reservatórios de superfície. Outrossim, possuem capacidade de armazenar excedentes sazonais ou episódicos de água superficial (rios e lagos), o que pode ser explorado para aumentar a disponibilidade de água doce durante todo o ano. É esperado que a dependência geral das águas subterrâneas aumente, à medida que a disponibilidade de água superficial se torne cada vez mais limitada devido às mudanças climáticas.

Segundo Tosta (1984), “a Política feita em decorrência das condições geográficas ou estabelecida com base ou fundamento nos fatores geográficos é Geopolítica” (TOSTA, 1984, p. 33). A existência de recursos hídricos constitui-se em condições ou fatores geográficos de um Estado. Dessa forma, eles possuem relação direta com a Geopolítica dos Estados.

Isso posto, destacamos que o objeto de estudo deste trabalho está inserido na questão hídrica entre Israel e a Palestina[1]. Após a criação do Estado de Israel, em 1948, essa questão aflorou com notória relevância geopolítica tendo em vista as limitações hídricas somadas a disputas territoriais ocorridas na região desde então.

A moldura temporal deste objeto de pesquisa inicia-se após o fracasso das negociações de *Camp David II,* em 2000, e abrange a decisão israelense pela construção de um Muro de Separação entre Israel e a Cisjordânia (*West Bank*), em 2002, cujas consequências perduram até os dias atuais. A tentativa israelense de ampliar o domínio sobre os recursos hídricos disponíveis na Cisjordânia, em especial os subterrâneos, pode estar se concretizando, pouco a pouco, por meio de movimentos geopolíticos, por vezes justificados por outras motivações.

Dessa forma, o presente trabalho tem o propósito de verificar se a decisão unilateral israelense de construir um Muro de Separação na Cisjordânia, ampliando as fronteiras estabelecidas em 1948 e avançando para além da Linha Verde (*Green Line*), sofreu influência, em algum grau, do conceito de Espaço Vital e das Leis do Crescimento Espacial dos Estados, propostos por Friedrich Ratzel. Nesta análise também serão utilizados alguns conceitos atinentes à escassez hídrica, propostos pelo geoestrategista indiano Brahma Chellaney.

O desenho empregado neste trabalho será o confronto entre teoria e realidade, utilizando-se de uma pesquisa investigativa, bibliográfica e documental. Não foram estabelecidas hipóteses a serem testadas.

A estrutura do texto contará com seis capítulos. No segundo capítulo, após esta

[1] A Resolução 67/19, de 29 de novembro de 2012, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, elevou a Palestina a Estado observador não membro e será referenciado neste trabalho como Estado.

introdução, abordaremos o referencial teórico e conceitual que utilizaremos no decorrer do estudo, com maior destaque para as Leis do Crescimento Espacial dos Estados e a ideia de Espaço Vital. Nele ainda apresentaremos alguns conceitos relacionados à escassez hídrica propostos por Chellaney (2013). No terceiro capítulo, apresentaremos aspectos relacionados à geografia, antecedentes históricos e de poder que permeiam o nosso objeto de estudo, com ênfase na perspectiva da disputa pelos recursos hídricos. Em seguida, no quarto capítulo, abordaremos a situação hídrica de Israel, em que será confrontada demanda de água do Estado com a disponibilidade do recurso na região. Além disso, traremos à baila a questão da construção do Muro de Separação da Cisjordânia, bem como suas principais implicações. No quinto capítulo, realizaremos uma análise do caso à luz dos conceitos teóricos apresentados, a fim de destacarmos os principais fatos pertinentes que nos permitirão chegar nas considerações finais, as quais serão apresentadas no sexto capítulo.

Essa pesquisa possui destacada relevância pois nos permite refletir acerca das possíveis formas, muitas vezes sutis ou sob alegações distintas das reais intenções, que um Estado pode movimentar-se geopoliticamente em busca do controle de recursos valiosos e escassos como a água.

Em sequência, passaremos ao segundo capítulo, no qual verificaremos o referencial teórico e conceitual que utilizaremos para a análise do caso concreto estudado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

Neste capítulo, dividido em duas seções, temos a intenção de identificar a fundamentação teórica e conceitual que será utilizada para examinar o objeto selecionado para a pesquisa. Inicialmente, explicaremos o conceito de Espaço Vital (*Lebensraum*) e apresentaremos as Leis do Crescimento Espacial dos Estados (*Die Gesetze des räumlichen Wachstums der Staaten* - 1896), definidos por Friedrich Ratzel[2] (1844-1904). Em seguida, reconheceremos alguns conceitos atinentes à escassez hídrica e os impactos vinculados a ela utilizando como principal referência a obra de Brahma Chellaney (1962-).

Isso posto, trataremos a seguir dos principais conceitos propostos por Ratzel.

### 2.1 O ESPAÇO VITAL E AS LEIS DO CRESCIMENTO ESPACIAL DO ESTADO

Friedrich Ratzel[3] é considerado o grande precursor da Geopolítica[4]. Destacou-se com a obra *Politische Geographie* (Geografia Política), editada em 1897, e com a elaboração do termo Espaço Vital (*Lebensraum*) e das Leis do Crescimento Espacial dos Estados.

Ratzel vivenciou o processo de unificação territorial alemã (1870) e grande parte de suas obras foram escritas no período de consolidação daquele Estado, orquestrada por Otto von Bismarck. Desta forma, é possível notarmos que suas teorias atuaram "no sentido

---

[2] Tendo em vista a dificuldade de acesso aos estudos primários de Friedrich Ratzel e do idioma original do autor (alemão), utilizaremos como referência teórica principal, porém não única, a tradução para o idioma inglês, realizada por Ronald L. Bolin (1939-), contida nas páginas 17-28, do livro *The structure of political geography* (KASPERSON; MINGHI, 1969).

[3] Friedrich Ratzel foi um geógrafo e etnólogo alemão. Nascido em Karlsruhe, antiga capital do ducado de Baden, teve sua principal obra, *Anthropogeographie,* publicada em 1882.

[4] O termo Geopolítica só veio a ser criado no início do século XX, pelo cientista político sueco Rudolf Kjéllen.

de legitimar o projeto expansionista" alemão (MORAES, 1990), além de terem contribuído para a compreensão da dinâmica da geopolítica internacional.

A nova Geografia proposta por Ratzel via o homem como o principal protagonista do ambiente no qual está envolvido. Considerava a sociedade, organizada na forma do Estado, capaz de alterar a situação na qual está inserida. Assim, a nova ciência deveria, além de descrever a Terra, ajudar na compreensão da interação dinâmica entre esses fatores (homem/Estado – natureza) e suas implicações na fixação do homem sobre o solo. Para ele, estes fatores possuíam um vínculo muito forte, quase que “espiritual” (MORAES, 1990).

Segundo Tosta (1984), a Teoria de Ratzel, apoia-se na influência direta que o espaço (área ocupada por um Estado e definido por suas características físicas – extensão, forma, contextura, clima, relevo, recursos disponíveis) e a posição (localização geográfica do espaço sobre a terra) exercem sobre o desenvolvimento dos povos e o destino político de cada território. A essa concepção deu-se o nome de "Determinismo Geográfico". Ainda de acordo com Tosta (1984), Ratzel observa que "a posição geográfica é um fator da história humana pertinente à Terra e o espaço, por outro lado, constitui a ambição máxima de um povo” (TOSTA, 1984, p. 9)

Influenciado pela Teoria da Seleção Natural de Charles Darwin, a qual afirma que o organismo mais forte e adaptado sobrevive, Ratzel aplicou essas ideias nos relacionamentos humanos e sociais. Essa aplicação recebeu a denominação de "Darwinismo Social", na qual uma civilização mais evoluída e desenvolvida teria a missão de dominar os povos inferiores, impondo-lhes sua cultura e modo de vida (TOSTA, 1984). Ao adaptar-se a um lugar, a tendência natural do Estado seria difundir-se espacialmente. Segundo Moraes (1990), Ratzel acreditava ser necessário preencher os espaços disponíveis, logo a expansão territorial era algo natural para as espécies consideradas "saudáveis". Fazendo referência às ideias de Ratzel,

Moraes (1990) afirma que "havendo o progresso, a expansão torna-se inevitável, seja em função da exaustão do meio pelo uso intensificado, seja pela pressão demográfica" (MORAES, 1990, p. 22-23).

Nesse sentido, Ratzel desenvolveu o conceito fundamental de Espaço Vital ou *Lebensraum*, principal resultado de sua teoria científica sobre a existência e o comportamento do Estado, definindo-o como uma zona geográfica delimitada por fronteiras naturais ou artificiais no interior das quais uma população dispõe de meios que lhe permitam subsistir (HAUSHOFER, 1986), tendo sido caracterizado da seguinte forma:

> O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade (MORAES, 1990, p. 23).

Do exposto acima, podemos depreender que *Lebensraum* consiste no território necessário para a completa autorrealização, a prosperidade de um povo. Nele estão contidas as condições espaciais e naturais necessárias para a manutenção ou consolidação do poder do Estado sobre o seu território bem como as condições naturais disponíveis para o suprimento das necessidades do seu povo, consideradas as capacidades técnicas existentes.

Segundo Tosta (1984), Ratzel destaca que "a atitude para com o espaço tem direta conexão com o caráter nacional. O êxito na conquista e dominação do espaço depende da visão de domínio de espaço por parte dos estadistas e da mobilidade e adaptabilidade do povo" (TOSTA, 1984, p. 9). Também ressalta que o espaço, com suas condições físicas e recursos naturais, representa apenas o elemento material do Estado. Ao seu lado estão os povos que constituem os elementos da política mundial. Regiões iguais e densamente povoadas tem uma tendência a uma maior coesão social, reunidas não só por afinidades culturais e históricas, mas também por problemas econômicos e demográficos comuns

(TOSTA, 1984).

Ratzel era adepto da Teoria Organicista na qual considera os Estados como organismos vivos. Segundo a teoria, eles podem crescer, decrescer e morrer, devendo seguir as mesmas leis de crescimento dos seres vivos (MORAES, 1990). Dessa forma, quando o seu *Lebensraum* se torna insuficiente, seja pelo aumento de sua população, pela escassez de recursos naturais ou por qualquer outra razão que não proporcione mais o nível de satisfação o qual o Estado deseja, ele "sente" a necessidade de se expandir e, no intuito de estabelecer um novo e maior Espaço Vital, é impelido a anexar novos territórios.

Sob essa ótica, analisando o processo de evolução dos Estados, em 1896, Ratzel escreveu um artigo denominado *As Leis do Crescimento Espacial dos Estados*. Essas leis, também conhecidas como Leis dos Espaços Crescentes ou Leis do Expansionismo (TOSTA, 1984), visavam explicar a modificação geográfica dos espaços políticos, sendo assim enunciadas:

> 1. As dimensões do Estado crescem com sua cultura.
> [...] 2. O crescimento dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente devem preceder o crescimento do Estado.
> [...] 3. O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo, a relação entre a população e a terra torna-se continuamente mais próxima.
> [...] 4. As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte de seu crescimento e sua fortificação, e participam de todas as transformações do organismo do Estado.
> [...] 5. No seu crescimento, o Estado se esforça pela delimitação de posições politicamente valiosas.
> [...] 6. Os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm do exterior.
> [...] 7. A tendência geral para a anexação territorial e amalgamação é transmitida de Estado a Estado e cresce de intensidade continuamente (RATZEL, 1969, tradução nossa)[5].

[5] "1. The size of the state grows with its culture.
[...] 2. The growth of states follows other manifestations of the growth of peoples, which must necessarily precede the growth of the state.
[...] 3. The growth of the state proceeds by the annexation of smaller members into the aggregate. At the same time the relationship of the population to the land becomes continuously closer.
[...] 4. The boundary is the peripheral organ of the state, the bearer of its growth as well as its fortification, and takes part in all of the transformations of the organism of the state.
[...] 5. In its growth the state strives toward the envelopment of politically valuable positions.
[...] 6. The first stimuli to the spatial growth of states come to them from outside.

A partir dessas leis, podemos depreender que o nível de cultura de um povo define a velocidade e a capacidade com que um Estado pode crescer. Dominar politicamente áreas conquistadas, mantê-las unidas e coesas depende do quão forte é a cultura dominante e se ela será capaz de construir homogeneidade junto aos dominados. Quanto menor for o nível de cultura do Estado a ser conquistado, mais fluida será a penetração do Estado em expansão. Caso a cultura do dominado não possua raízes fortes, será facilmente suprimida pela do dominador. As difusões deste penetram sem dificuldades pelas fronteiras nacionais do dominado e avançam rapidamente, servindo de precursoras e facilitadoras da expansão do dominador.

Destacamos também a não vacância de poder. Ao surgir a vontade/necessidade de um Estado se expandir, ele tenderá a dominar territórios onde não haja um poder capaz o suficiente para se contrapor. "O Estado nunca está em repouso" (MORAES, 1990, p. 184). A segurança das suas fronteiras não é algo permanente. Logo, para proteger-se, o Estado realiza expedições de conquista sobre os menores / mais fracos.

Percebemos ainda que as fronteiras não são fixas. Dependendo da força ou da fraqueza dos Estados em disputa, elas poderão sofrer modificações. De certa forma, essas mudanças podem ser interpretadas como parâmetros de crescimento e fortalecimento dos Estados.

A quinta lei de Ratzel nos chama a atenção para o fato de que, em suas conquistas, os Estados utilizam-se de critérios de avaliação de ganhos e interesses, muitas vezes escusos. Eles buscam absorver áreas politicamente valiosas tais como litorais, planícies e regiões ricas em recursos tais como a água.

---

[...] 7. The general tendency toward territorial anexation and amalgamation is transmitted from state to state and continually increases in intensity."

Por fim, verificamos que os Estados, independentemente de sua extensão ou poder, em sua grande maioria, ansiarão conquistar e anexar outros territórios, pois isso é necessário para garantir a continuidade de suas existências. Eles tomam Estados maiores e mais poderosos como parâmetros de referência e possuem uma tendência vital de tentarem se igualar. Esse desejo não se restringe à dimensão espacial, mas também às vantagens e recursos estratégicos que a anexação pode oferecer. É o que podemos constatar no trecho seguinte:

> Naturalmente, cada ambição não se restringe à dimensão espacial. Estados vizinhos diferem quanto a vantagens de posição ou recursos naturais, de onde surgem comunalidades de interesses e funções, com longo alcance. Ao final, mesmo os grandes Estados dependem de áreas selecionadas (RATZEL, 1969, p. 28, tradução nossa).[6]

Em síntese, podemos concluir que, de acordo com o pensamento ratzeliano, para um Estado garantir seu crescimento e evolução ele deve buscar ampliar o seu Espaço Vital. Visando atingir tal propósito, o Estado deve estender suas fronteiras, absorver novas áreas valiosas e apropriar-se dos recursos naturais dos Estados vizinhos, em especial, dos mais fracos. No trecho abaixo, em uma íntima relação com a 5ª Lei de Ratzel, percebemos:

> No seu crescimento e evolução, o Estado seleciona os benefícios geográficos, preferindo ocupar os locais bons de um distrito ante aos ruins. Se o seu crescimento está relacionado com a desapropriação de outros Estados, ele captura vitoriosamente as áreas boas, e os desapropriados permanecem nas áreas ruins (RATZEL, 1969, p. 24-25, tradução nossa).[7]

Corroborando ainda as ideias de Ratzel, Arthur Dix (1875-1935), economista e geopolítico alemão, caracterizou como uma das tendências dos Estados, no sentido de absorver valiosos setores políticos, a aspiração ao domínio da totalidade de uma bacia

---

[6] "Naturally such emulation is not restricted to spatial size. Neighboring states differ as to advantages of position or natural endowment from which arise far-reaching commonalities of interests and functions. In the end even large states are concerned with selected areas."

[7] "In its growth and evolution, the state practices selection of geographical benefits in that it occupies the good locations of a district before the poor. If its growth is related to the dispossession of other states, it victoriously captures the good areas and the dispossessed continue in the bad."

hidrográfica (DIX, 1943 apud TOSTA, 1984).

Dessa forma e, conforme verificaremos no decorrer deste trabalho, fica de fácil percepção a influência que a água exerce na geopolítica dos Estados.

## 2.2 A ESCASSEZ HÍDRICA E SUAS IMPLICAÇÕES

Brahma Chellaney, um importante geoestrategista indiano e autor de dois livros que versam sobre a geopolítica dos recursos hídricos, nos apresenta ideias e conceitos que nos auxiliarão a compreender algumas questões referentes à hidropolítica praticada pelos Estados nos dias atuais.

A partir de sua perspectiva no que concerne aos conceitos relacionados com a escassez hídrica[8], tentaremos depreender a influência que os recursos hídricos exercem na geopolítica dos Estados e, em especial, nas relações fronteiriças entre Israel e a Cisjordânia, na Palestina, região a qual é alcançada pelo Aquífero da Montanha e suas subdivisões. Chellaney (2013) observa que a combinação da escassez hídrica com outras motivações como disputas territoriais, questões étnicas e religiosas, degradação ambiental e instituições fracas, normalmente, alimenta conflitos.

Nesse contexto, de acordo com Chellaney (2013), três fenômenos contribuem, conjuntamente, para provocar ou, ao menos, estimular relações conflitantes entre os Estados: a escassez de recursos naturais; a crescente demanda por esses recursos finitos; e as disputas geopolíticas por domínios. Essas ideias vão ao encontro dos conceitos propostos por Ratzel

---

[8] Em termos quantitativos, uma região encontra-se no estágio de escassez hídrica quando há disponível menos de 1000 $m^3$ de água doce por pessoa por ano, nessa região. O fornecimento de água doce não seria capaz de suprir a necessidade daquela sociedade (CHELLANEY, 2013).

descritos anteriormente.

Mais de 20% da população mundial não possui acesso direto à água própria para consumo. A problemática da oferta de água não se limita à quantidade, mas também à qualidade. Uma séria crise hídrica confronta o mundo e a tendência é que ela se agrave (CHELLANEY, 2013).

Nas regiões onde os cursos de água ultrapassam as fronteiras, os desafios para melhorar a qualidade, quantidade e distribuição de água necessitam de uma maior cooperação entre os Estados. Chellaney (2013) destaca que os desafios da água estão no centro do desenvolvimento humano e da paz e segurança regional.

Constantes transformações (políticas, econômicas, socioculturais, tecnológicas, climáticas, populacionais, dentre outras) têm elevado a relevância dos recursos hídricos na pauta das relações internacionais e movimentos geopolíticos. Embora, na maioria das vezes, diversos fatores como a luta pela liberdade, ideologias, cultura ou religião, sejam frequentemente apontados como as principais causas de conflitos, em certas ocasiões a demanda por recursos consiste na principal motivação para as disputas de poder. O cerne de muitos conflitos interestaduais, em que, aparentemente, o território ou a segurança são postos como o centro das disputas, podem ter neles embutido a questão da água que flui da terra disputada. Normalmente, movimentos geopolíticos com foco no domínio de recursos hídricos visam o controle da terra que os possuem ou o desvio dos seus fluxos de água. Mesmo nas questões territoriais que possuem raízes históricas e culturais, as reivindicações dos Estados em disputa, muitas das vezes, são motivadas pelo interesse ou competição pelos recursos envolvidos, ainda que esse objetivo não seja, claramente, declarado.

Garantir a posse de recursos escassos pode significar a sobrevivência de um Estado. O domínio das fontes de água doce enquadra-se nesse contexto. A água é um recurso

valioso, raro, vital, insubstituível e que, segundo Klare (2001), para muitos Estados constitui uma preocupação maior que as reservas de petróleo e gás natural.

Nesse momento, é relevante ressaltarmos uma característica essencial dos recursos hídricos: a ausência de bens substitutos. Mesmo diante dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento de técnicas de reaproveitamento da água, sua importância aumenta a cada dia. A água é um recurso vital. Todos, sem exceção, necessitam de água para viver e ela não possui recursos equivalentes, o que lhe confere um valor estratégico ainda maior (CHELLANEY, 2013).

Discordâncias envolvendo cursos de água [9] compartilhados entre Estados adversários também podem exercer a função de catalisadores de eventuais conflitos que, em sua essência, possuem outras motivações (CHELLANEY, 2013). Nesses casos, o acesso aos recursos hídricos não seria a causa imediata do conflito, mas um fator importante na escalada da crise. Ao transcender as disputas tradicionais de segurança entre os Estados, a água apresenta-se como um risco de segurança crescente em locais onde há fontes compartilhadas deste recurso. Estados "menos favorecidos" na distribuição desigual dos recursos hídricos compartilhados sentem-se injustiçados. Essas questões podem desenvolver-se em diversos níveis, desde disputas territoriais até nas relações internacionais. Além disso, essa sensação de estar sendo prejudicado pode ser, facilmente, incutida entre os cidadãos, por intermédio, por exemplo, dos meios de comunicação. Essa simples ação é capaz de acarretar revoltas internas, conflitos interestatais ou, até mesmo, ataques terroristas contra um Estado rival (CHELLANEY, 2013).

Por fim, conforme veremos adiante, no tocante aos recursos hídricos existentes

[9] Cursos de água correspondem a sistemas de águas subterrâneas e superficiais que correm para um mesmo espaço geográfico, como rios, riachos, lagos e aquíferos, em face da relação física entre essas águas (CHELLANEY, 2013).

no Aquífero da Montanha, identificamos que tanto Israel quanto a Palestina são abrangidos por essa fonte subterrânea, caracterizando um cenário propício à ocorrência de disputas motivadas pela água ou, ao menos, tendo-a como um fator de considerável relevância em suas questões, principalmente, territoriais. Em particular, distinguimos a decisão unilateral, por parte de Israel, de construir o Muro da Cisjordânia, a partir de 2002, como um caso de interesse para a análise dos conceitos atrelados à escassez hídrica. Iniciaremos o estudo desse caso concreto no próximo capítulo, no qual serão abordados aspectos geográficos, históricos e de poder, com ênfase nos assuntos hídricos.

# 3 O ESTADO MODERNO DE ISRAEL

O atual Estado de Israel está localizado na região conhecida como Oriente Médio. Possui uma área total de 22.072 km² e faz fronteira a sudoeste com o Egito; a Leste com a Jordânia e a Síria, onde também está situado o território da Cisjordânia; ao norte com o Líbano; além de possuir saída para o Mar Mediterrâneo a oeste. Conta com uma população de cerca de 8,7 milhões de habitantes, em sua maioria judia (UN, 2021).

Israel é um enxerto, principalmente, de europeus judeus que recuperaram suas terras bíblicas. Contudo, durante esse processo, adquiriram alguns inimigos na região. A história da Antiga Israel abrange o período desde o século XX a.C. até a diáspora[10] do povo judaico na década de 80 d.C. (HOUSTON; GRIFFITHS, 2008), entretanto, a abordagem histórica do nosso estudo tomará como ponto de partida o Movimento Sionista[11] judeu, iniciado em 1896. Para compreendermos melhor a origem dos fatores diretamente relacionados ao nosso objeto de estudo, apresentaremos, nos tópicos a seguir, alguns aspectos geográficos, históricos e de poder, com foco nos recursos hídricos existentes na região.

## 3.1 FATORES GEOGRÁFICOS

Israel localiza-se em uma das regiões mais áridas do planeta. Mais da metade do seu território é coberto por desertos sendo a carência de recursos hídricos uma característica

[10] Diáspora: possui origem no termo grego "diasporá", que significa dispersão de povos**,** por motivos políticos ou religiosos.

[11] Movimento Sionista: movimento político nacionalista que defende a criação de um Estado judeu soberano e o retorno dos judeus para a "Terra de Israel", localizada na Palestina.

marcante da região. Na FIG. 1, ANEXO A, podemos observar as principais fontes de recursos de água existentes na região, as quais serão apresentados nos tópicos a seguir.

### 3.1.1 Recursos hídricos superficiais transfronteiriços

O sistema transfronteiriço de águas superficiais mais importante da região é o do rio Jordão. Porém, de acordo com os termos do Acordo de Paz entre israelenses e palestinos, Oslo II (1995), estes estão impedidos de acessá-lo e utilizá-lo. O sistema do rio Jordão é composto por vários elementos: os rios Hasbani, Dan e Banias, que nascem nas Colinas de Golã; o alto rio Jordão; o Lago de Tiberíades (Mar da Galileia ou Lago Kinneret); o baixo rio Jordão (sem potencial como fonte de água potável devido ao excesso de nitratos e salinidade); o rio Yarmouk; os wadis (rios perenes) que deságuam no baixo rio Jordão; e o Mar Morto (uma salmoura).

A água explorada da bacia do rio Jordão corresponde a cerca de um terço de toda a água doce consumida em Israel (DE VILLIERS, 2002). Entretanto, somente as águas do Jordão não são suficientes para atender às demandas de Israel, fato que atribui grande importância aos aquíferos da região. Esses recursos serão apresentados na sequência.

### 3.1.2 Recursos hídricos subterrâneos transfronteirços

As únicas fontes naturais de água doce que Israel dispõe, além da Bacia do rio Jordão, são os aquíferos subterrâneos.

Existem quatro bacias aquíferas transfronteiriças na região: a Bacia Aquífera Ocidental (WAB – *Western Aquifer Basin*), maior dos quatro aquíferos transfronteiriços, em termos de volume, com taxa de recarga sustentável estimada em 362 MCM/ano (milhões de metros cúbicos por ano); a Bacia Aquífera do Nordeste (NEAB – *North Eastern Aquifer Basin*); a Bacia Aquífera Oriental (EAB – *Eastern Aquifer Basin*); e a Bacia Aquífera Costeira (CAB – *Coastal Aquifer Basin*), cuja qualidade da sua água é baixa devido ao alto nível de nitrato e cloreto (ZEITOUN, 2008). As alocações/consumo dos recursos hídricos de cada bacia podem ser verificadas na tabela 1 (ANEXO H).

As Bacias Ocidental, do Nordeste e Oriental juntas compõem o chamado Aquífero da Montanha, que fica localizado quase que totalmente sob o solo da Cisjordânia, com apenas uma pequena porção sob o Estado de Israel. Israel explora toda a capacidade deste aquífero, extraindo dele cerca de 25% de todo seu suprimento de água (BARLOW, 2014). Podemos verificar as captações anuais dos poços dessas bacias aquíferas na tabela 2 (ANEXO I). Cabe ressaltar que a exploração dessas bacias acima da capacidade natural de reposição (precipitações) tem comprometido a qualidade da água dos lençóis freáticos que alimentam esses aquíferos permitindo a intrusão de água salgada do mar Mediterrâneo. Esse fato, além de aumentar o estresse hídrico[12] na região, poderá vir a inviabilizar o consumo dessas águas.

Após conhecermos as principais fontes de recursos hídricos existentes na região, apresentaremos os principais aspectos históricos relacionados às disputas por eles, iniciando no ano de 1896, no qual se originou o Estado moderno de Israel.

[12] Estresse hídrico consiste em um estágio anterior à condição de escassez hídrica, quando o nível de tensão em virtude da competição pelos recursos hídricos ameaça as condições de suprimento de água. Quantitativamente, há estresse hídrico quando uma quantidade inferior a 1.700 $m^3$ de água doce está disponível por pessoa por ano (CHELLANEY, 2013).

## 3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Nesta seção, subdividida em quatro subseções, destacaremos os principais aspectos históricos do Estado moderno de Israel os quais demonstram a visão e a íntima relação que este possui com os recursos hídricos da região.

### 3.2.1 Do Movimento Sionista (1896) ao estabelecimento da Linha Verde (1949)

Em 1896, Theodor Herzl (1860-1904), jornalista judeu austro-húngaro, defendeu a criação de um Estado judaico, no seu panfleto *Der Judenstäat* ("O Estado Judeu"), promovendo o Movimento Sionista. Ocorreram diversas tentativas de se criar o Estado de Israel, mas essa possibilidade só veio a tornar-se realidade com a "Declaração Balfour"(1917) (MAGNOLI, 2006). Com a queda do Império Otomano, as potências coloniais vencedoras, França e Grã-Bretanha, apropriaram-se do Oriente Médio, dividindo-o em territórios mandatados. Na ocasião, todo o território conhecido como Palestina ficou submetido à administração do Mandato Britânico (1920-1948).

De acordo com Dinar (2003 apud ZEITOUN, 2008), questões relacionadas à água, segurança e escassez desempenharam um importante papel em como os fundadores sionistas viam e como Israel vê a água, a necessidade de controlá-la e a relutância em compartilhá-la. Segundo ele, os interesses dos sionistas pelos recursos hídricos palestinos são anteriores à "Declaração Balfour" (ZEITOUN, 2008).

Durante o Mandato Britânico, houve um aumento considerável da população judaica na região. Muitos desses fugiam da perseguição na Europa. Entre os anos de 1922 e

1940 o número de judeus aumentou para cerca de 30% da população total, passando de 84.000 para 467.000 (HOUSTON; GRIFFITHS, 2008). Tal fato alarmou os árabes que, em 1937, convocaram um movimento exigindo independência, tendo este sido derrubado pelas tropas britânicas e uma força composta por 15.000 sionistas (HOUSTON; GRIFFITHS, 2008). Na tentativa de restaurar a ordem, os britânicos reduziram amplamente a cota de imigração.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em novembro de 1947, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu, por meio da Resolução 181, criar o Estado de Israel, determinando que a Palestina fosse dividida entre judeus e árabes, ficando 55% do território para os judeus e 45% para os palestinos. Jerusalém permaneceria sob controle internacional (UN, 1947). No início de 1948, a Grã-Bretanha retirou suas forças da Palestina e, em maio do mesmo ano, os judeus, liderados por David Ben-Gurion (1886-1973), fundaram o Estado de Israel (KLARE, 2001). A decisão não agradou os Estados integrantes da Liga Árabe (Egito, Síria, Jordânia, Líbano, Iraque). As tensões se elevaram na região desencadeando a Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949) a qual terminou com vitória israelense.

O Armistício Árabe-Israelense de 1949 deu fim à guerra e estabeleceu as novas fronteiras de Israel com os Estados árabes vizinhos, expandindo-se para além dos limites que o plano de partilha havia lhe designado. A Palestina ficou diminuída e repartida em duas: a Cisjordânia (integrada ao reino da Jordânia em 1950) e o Território de Gaza (administrado pelo Egito, a partir de 1948). A cidade de Jerusalém ficou dividida, sendo a parte leste controlada pela Jordânia e a parte oeste por Israel (ISRAEL, 2022). À linha que delimitou essas novas fronteiras deu-se o nome de Linha Verde (*Green Line*), a qual permaneceu em vigor até o final da Guerra dos Seis Dias (1967). Essas linhas podem ser vistas na FIG. 2 (ANEXO B).

### 3.2.2 Do armistício Árabe-Israelense (1949) à Guerra dos Seis Dias (1967)

Podemos destacar como principal característica desse período o rápido progresso israelense frente a um desenvolvimento mínimo palestino, além das estratégias conflitantes entre israelenses e árabes para garantir partes do sistema do rio Jordão.

Em forte contraste às taxas de extração de água nos territórios sob domínio árabe, a ideologia sionista ditou o desenvolvimento do Estado israelense, tomando por base a apropriação dos recursos hídricos.

As principais forças motrizes israelenses foram a ideologia da redenção e da territorialidade do sionismo trabalhista [13] (ZEITOUN, 2008). O sionismo político foi impulsionado, concomitantemente, por uma busca pelo desenvolvimento e preocupações práticas com a segurança nacional e alimentar. Os israelenses concentraram seus esforços de desenvolvimento nos recursos hídricos mais acessíveis, triplicando as taxas de exploração das águas subterrâneas de cerca de 300 MCM/ano, em 1948, para cerca de 1.000 MCM/ano, em 1966 (ZEITOUN 2008). A esses esforços, somaram-se as diversas perfurações, particularmente na Bacia Aquífera Ocidental (*Western Aquifer Basin*), que permitiram a Israel alcançar a supremacia hídrica.

Após a constatação israelense de que o bombeamento dos aquíferos estava próximo ao limite sustentável, a utilização da água de superfície do Sistema do Rio Jordão ganhou maior relevância (ISRAEL, 2002a). As primeiras tentativas israelenses de desviar as águas do Alto Rio Jordão e bombeá-las para fora da bacia, em especial para deserto de Negev,

---

[13] O apego do movimento trabalhista sionista à agricultura era profundo, sendo vista como o caminho para a redenção da terra. Percebiam-na como um meio de fazer florescer o deserto, fonte de renovação espiritual para os imigrantes judeus e base para ajudá-los a criar raízes na Palestina (ZEITOUN, 2008).

foram, politicamente, resistidas pela Síria. Mais tarde, em 1964, Israel conseguiu concluir, embora em um ponto mais ao sul (margem noroeste do Lago de Tiberíades - Mar da Galileia), a construção do aqueduto que levaria água até o deserto, o *National Water Carrier* (NWC) (ZEITOUN, 2008).

Síria e Jordânia também tinham preocupações hídricas e tentaram desenvolver projetos igualmente ambiciosos, apesar das visões ideológicas distintas de Israel. Além disso, havia o imperativo de responder às necessidades dos palestinos refugiados em seus territórios. Entretanto, da mesma forma que os Estados árabes se opunham aos projetos israelenses, estes também se contrapunham aos projetos árabes.

Visando diminuir as tensões hidropolíticas e a influência soviética no Oriente Médio, os Estados Unidos da América (EUA) vislumbraram a gestão compartilhada dos recursos hídricos como uma via para a conciliação entre Israel, Síria e Jordânia. O Plano Johnston (1953-1955) foi uma tentativa dos EUA de firmar um plano de compartilhamento de água do rio Jordão junto a israelenses e árabes, entretanto, ele foi rejeitado pelo Conselho da Liga Árabe (KLARE, 2001). Contudo, fruto desse plano, Israel e Jordânia firmaram um compromisso de atuarem em suas regiões de jurisdição individualmente, o qual possibilitou o prosseguimento do projeto unilateral israelense do NWC e a construção do Canal Principal de Ghor Leste, pela Jordânia (HADDADIN, 2002). Com a ruptura do Plano Johnston, as principais fontes de abastecimento da bacia do rio Jordão ficaram quase que sob o controle total da Síria e do Líbano, o que deu origem a um intenso sentimento de insegurança em Israel (ZEITOUN, 2008).

Diversos outros conflitos ocorreram entre Israel e seus vizinhos árabes: Guerra do Suez (1956), Guerra dos Seis Dias (1967), Guerra do Yom Kippur (1973) e Guerra do Líbano (1982), dentre os quais o de 1967 foi o mais significativo (MAGNOLI, 2006).

Em 1964, as tensões entre Israel e os Estados árabes acentuaram-se ainda mais, aumentando as disputas pelos recursos hídricos e motivando movimentos geopolíticos. Na Conferência do Cairo (1964), a Liga Árabe declarou pela primeira vez que seu objetivo final era a destruição do Estado de Israel. Na mesma ocasião foi criada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) (MAGNOLI, 2006).

O fim da construção do NWC, em 1964, e o início da operacionalização do plano de desvio das águas do rio Jordão, por Israel, foi considerada "roubo de água" pelos árabes que atacaram o aqueduto, em janeiro de 1965 (ZEITOUN, 2008). Tentativas sírias para desviar os fluxos do rio Banyas e seu afluente, Hasbani, no alto rio Jordão, também foram frustrados por ataques da Força Aérea Israelense.

### 3.2.3 Da Guerra dos Seis Dias (1967) ao Acordo de Oslo II (1995)

A disputa pelo controle da água motivou a Guerra dos Seis Dias (ZEITOUN, 2008). Seu desfecho alterou radicalmente o mapa hidropolítico da região, tendo como resultados: o fim das escaramuças dos anos anteriores; a redução dos sentimentos de insegurança em Israel; e a alteração do equilíbrio de poder entre Israel e seus vizinhos.

Em apenas seis dias, Israel tomou o controle: das Colinas de Golã, na Síria; da Cisjordânia e Jerusalém Oriental, na Jordânia; e da Faixa de Gaza e Península do Sinai, no Egito. A Guerra de 1967 concedeu a Israel a posse de valiosos despojos. Ao seu término, Israel havia obtido o controle das ricas áreas em recursos hídricos subterrâneos da Cisjordânia, em especial, do sistema multiaquífero da Montanha, além de porção da bacia do Aquífero Costeiro e de todas as cabeceiras do rio Jordão (FIG. 1, ANEXO A).

Consciente de que as regiões invadidas eram ricas em fontes de água e de que necessitaria de espaço e recursos para garantir seu pleno desenvolvimento, Israel anexou-as ao seu território. Desde então, excetuando-se a Península do Sinai que foi devolvida ao Egito em 1978, Israel iniciou sua política de colonização, promovendo a ampliação dos assentamentos judaicos (KLARE, 2001).

Após a guerra de 1967, uma série de ordens militares israelenses foram postas em prática na Cisjordânia, servindo como os primeiros controles impostos, com sucesso, sobre a produção de água palestina. Como observa Sharif Elmusa (1997 apud ZEITOUN, 2008, tradução nossa) [14], "com tais ferramentas legais, Israel não teve a necessidade de declarar formalmente que os recursos hídricos dos territórios palestinos se tornaram propriedade estatal, e assim poderia evitar anexá-los formalmente". Nesse contexto, a Administração Civil das Forças de Defesa de Israel (FDI) assumiu a operação do *West Bank Water Department* (WBWD), que havia sido fundado pela Jordânia.

Entretanto, com o passar dos anos, as questões hídricas entre os palestinos foram se revestindo de maior importância. No trecho a seguir, podemos notar o ressentimento palestino alimentado pela extensão do domínio israelense:

> As rigorosas restrições de Israel ao acesso palestino à água… a negação à água, como o confisco de terras, parecem ser parte integrante de seu esforço em desapropriá-los... Simbolicamente, a água tornou-se para o Palestinos outra esfera de injustiça israelense em relação a eles (ELMUSA, 1997 apud ZEITOUN, 2008, tradução nossa).[15]

Colonos israelenses pagavam cerca de um terço do custo da água doméstica cobrado aos palestinos e recebiam subsídios ainda maiores para a água destinada à agricultura

---

[14] [...] "with such legal tools, Israel did not need to declare formally that the water resources of the Palestinian territories were state property, and it thus could avoid formally annexing them".

[15] "Israel's stringent curbs on Palestinian access to water… made the denial of water, like land confiscation, seem like an integral part of its endeavour to dispossess them… Symbolically, water has become for the Palestinians another sphere of Israeli injustice toward them."

(SELBY, 2003). O sentimento de injustiça aumentou com a consciência de que o grupo operado por palestinos no WBWD servia mais aos propósitos da Administração Civil Israelense do que aos habitantes palestinos da Cisjordânia.

O forte contraste entre o desenvolvimento hídrico de Israel e dos colonos israelenses com o sufocante e paralisado desenvolvimento do setor de água palestina continuou ao longo das décadas de ocupação militar. Contudo, em 1991, o status especial desfrutado pelo setor agrícola em Israel desde 1948 foi questionado abertamente pelo público israelense (BEN-ZVI *et al*., 1998), particularmente após a seca ocorrida entre 1989-1991 e o início das negociações políticas com a Palestina e a Jordânia (ZEITOUN, 2008).

Os Acordos de Oslo I (1993) e II (1995) visavam o estabelecimento da paz entre israelenses e palestinos. O resultado das negociações foi um ponto de inflexão histórico. O Acordo de Oslo II, no anexo III, artigo 40, parágrafo 1º, reconheceu "direitos palestinos sobre a água", além de dar origem a duas instituições que deveriam moldar a atividade hídrica israelo-palestina na década seguinte – a *Palestinian Water Authority* (PWA) e o *Joint Water Comittee* (JWC). Entretanto, ao ser criada uma contrapartida formal palestina, Israel alterou sua forma de controle dos fluxos transfronteiriços.

### 3.2.3.1 Política Israelense de assentamentos

Apesar de ser considerada violação das leis internacionais, desde 1967, Israel vêm ocupando áreas em territórios palestinos por meio de assentamentos judaicos, tanto na Cisjordânia quanto em Jerusalém Oriental, encorajando os colonos política e economicamente. Somente nessa região, em 2008, existiam 132 assentamentos e cerca de 430 mil judeus

israelenses (ZEITOUN, 2008).

Nesse momento é interessante destacarmos a localização física desses assentamentos e sua relação com os recursos hídricos subterrâneos existentes sob eles. Há razões para acreditarmos que o projeto de expansão dos colonos tenha sido dirigido por preocupações hídricas. Em 2001, quando questionado em uma entrevista se haveria a possibilidade de retirada dos assentamentos da Cisjordânia, Ariel Sharon respondeu:

> É possível hoje conceder o controle do Aquífero da Montanha [Ocidental, Oriental e Nordeste], que abastecem um terço da nossa água? [...] Você sabe, não é por acaso que os assentamentos estão localizados onde estão (ARI, 2001 apud ZEITOUN, 2008, tradução nossa).[16]

As montanhas da Cisjordânia não são muito altas, mas por sua disposição no sentido geral norte-sul, dividem a região em duas áreas pluviométricas. A parte oeste é mais úmida, e a porção oriental, mais seca. Ao considerarmos a localização dos dois maiores assentamentos israelenses na Cisjordânia, Ariel e Qadumim, podemos verificar que ambos se encontram exatamente acima da borda oriental (superior) da Bacia do Aquífero Ocidental, o que pode ser visto na FIG. 1 (ANEXO A). Poços israelenses perfurados nesses locais podem, efetivamente, evitar que parte da água flua para o oeste através da Palestina. De acordo com Chellaney (2013), um Estado dominante a jusante[17] interessado nos recursos hídricos de um pequeno vizinho a montante[18] pode recorrer ao uso encoberto de seu poder. Nesse sentido, a localização dos assentamentos pode ser vista como uma tentativa de reverter a posição de Israel "a jusante" e vulnerável no aquífero, colocando colonos israelenses "a montante", diretamente sobre o topo do divisor hídrico (ZEITOUN, 2008).

Chellaney (2013) afirma que a ocupação da Cisjordânia foi motivada, pelo menos

---

[16] "Is it possible today to concede control of the Mountain [Western, Eastern and Northeastern] Aquifer[s], which suppl[y] a third of our water? [...] You know, it's not by accident that the settlements are located where they are."

[17] A jusante: para o lado da foz; para onde correm as águas de um rio (JUSANTE, 2022).

[18] A montante: no sentido da nascente de um rio; para o lado das nascentes (MONTANTE, 2022).

em parte, pela determinação israelense de garantir o abastecimento de água dos aquíferos subjacentes e do trecho do rio Jordão que separa a Cisjordânia da Jordânia.

Israel também construiu assentamentos em pontos estratégicos de Gaza, a partir de 1968. Entretanto, em 2003, em resposta à resistência armada em Gaza, o então primeiro-ministro Ariel Sharon (1928-2014) apresentou um "plano de retirada" visando evacuar os colonos e destruir os assentamentos judaicos da região, o que veio a ocorrer no ano de 2005.

### 3.2.4 De 1995 a 2005: a hegemonia hídrica Israelense

A tendência identificada nesse período não foi um bom presságio para o futuro da segurança hídrica[19] na região. O setor de água de Israel adotou um compromisso com um paradigma de gestão de oferta de água por meio de importações de água doce e fabricação de água “nova”. Em vez de tentar conter a demanda cada vez maior de água (impulsionada, principalmente, pelo setor agrícola), o Parlamento Israelense (*Knesset*) a alimentou ainda mais por meio de criativas correções tecnológicas como a dessalinização e o reuso.

Nesse período, a forte dependência do Estado das importações de água virtual[20], o ideal de autossuficiência alimentar e noções de ameaças de Estados vizinhos ribeirinhos voltaram a moldar a política hídrica israelense (ZEITOUN, 2008), o que pode ter influenciado na decisão daquele Estado sobre a construção do Muro da Cisjordânia.

---

[19] Capacidade de uma população de salvaguardar o acesso sustentável a quantidades adequadas de água de qualidade aceitável para sustentar a subsistência, o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico, para garantir proteção contra a poluição causada pela água e desastres relacionados à água e para preservar os ecossistemas em um clima de paz e estabilidade política (UN, 2013b).

[20] O conceito de água virtual, introduzido por John Anthony Allan no final dos anos 1990, consiste em compreender que o consumo de água por seres humanos não é limita-se ao consumo direto, mas, ao comércio e consumo indireto da água embutida no processo de produção de diferentes produtos, especialmente das commodities agrícolas (SANTOS, 2018).

Sendo assim, após terem sido apresentados os antecedentes históricos, relacionados à questão hídrica da região, passaremos a tratar da questão do poder e sua relação com o controle desses recursos.

## 3.3 O PODER E O CONTROLE DOS RECURSOS HÍDRICOS

Para Israel, a água tornou-se um instrumento importante para sustentar sua preeminência e influência regional. Embora tenha uma população pequena em comparação aos seus vizinhos, Israel supera a força militar combinada destes em número de tropas, qualidade das armas convencionais e gastos com defesa. Além disso, goza de um monopólio de armas nucleares no Oriente Médio (CHELLANEY, 2013). A posse de todo esse poder[21] permite Israel movimentar-se geopoliticamente na região sem que haja uma oposição efetiva. Aos mais fracos não restam muitas opções além de recorrerem às ferramentas da diplomacia para protestarem contra a apropriação irracional dos seus recursos transfronteiriços.

O detentor da água detém o poder. Nesse diapasão, além de restringir o uso da água pelos seus vizinhos, Israel tende a buscar a expansão do seu território para obter mais acesso e controle deste recurso natural.

Na Cisjordânia, conforme já explicitado nos fatores históricos, estruturas administrativas israelenses exercem controle sobre uma variedade de fluxos, operando e mantendo treze poços, mesmo sem possuir a propriedade deles, por meio do WBWD, cujas decisões são tomadas pela Administração Civil das FDI (ZEITOUN, 2008).

---

[21] Poder é a capacidade de afetar os outros para obter os resultados que se deseja (NYE, 2007, p. 60).

Israel possui mais de 25 poços na Cisjordânia cuja propriedade e administração são da sua companhia nacional de água, a Mekorot (ZEITOUN, 2008). A maior parte dessa água é distribuída para assentamentos israelenses e para bases militares israelenses. Uma parcela menor é distribuída às aldeias palestinas. Por intermédio da Mekorot, Israel vende água para a PWA, exercendo poder sobre ela. Em 2006, Israel ameaçou interromper o fornecimento de água para seus clientes palestinos, residentes em Belém (ZEITOUN, 2008).

Uma outra forma de controle da água por Israel é a sua venda, pelos colonos israelenses, aos palestinos não atendidos pelas redes encanadas na Cisjordânia. Estes são obrigados a comprar água dos assentamentos israelenses, quando seus estoques, provenientes da chuva, se esgotam.

Além de controlar, parcialmente, os recursos hídricos no interior da Cisjordânia, Israel também controla as captações de água na Bacia Aquífera Ocidental. Isso é possível, principalmente, devido à sua capacidade de bombeamento superior, obtida pelo domínio de tecnologia e exportada globalmente por Israel.

Ao chegarmos ao término deste capítulo, estamos de posse de informações que abrangem os três pilares que sustentam a geopolítica de um Estado: geografia, história e poder. Verificamos que desde a formação do Estado moderno de Israel, o acesso e o controle da água ocupa fundamental importância nas decisões e movimentos daquele Estado. A seguir, apresentaremos a situação hídrica na qual Israel se encontrava no período em que decidiu construir o Muro de Separação da Cisjordânia.

# 4 A SITUAÇÃO HÍDRICA DE ISRAEL E O MURO DE SEPARAÇÃO DA CISJORDÂNIA

Neste capítulo, dividido em duas seções, temos a intenção de identificar a situação hídrica de Israel às vésperas da decisão pela construção do Muro, bem como abordar sua edificação, propriamente dita. Inicialmente, faremos uma breve comparação entre os recursos disponíveis e a demanda hídrica daquele Estado. Em seguida, tentaremos estabelecer a ligação entre esses dados, o pensamento hidroestratégico israelense e as principais implicações da construção do Muro.

## 4.1 A SITUAÇÃO HÍDRICA DE ISRAEL

Conforme vimos anteriormente, Israel localiza-se em uma das regiões mais áridas do planeta e o problema da escassez hídrica é uma preocupação constante. Contraditoriamente, desde sua formação, o consumo de água israelense aumenta a cada ano. Neste capítulo, apresentaremos o perfil hídrico de Israel, no qual identificaremos, em termos numéricos, suas principais fontes de produção e consumo de água, bem como as razões que justificam o constante aumento de sua demanda hídrica.

Apesar de serem apresentados dados em uma janela temporal mais ampla, para as nossas análises, focaremos no período que abrange o nosso objeto de estudo, a partir das negociações de *Camp David II*, em 2000.

No início dos anos 2000, a quantidade total de água doce renovável disponível em Israel era de, aproximadamente, 2.000 MCM/ano, sendo 1.600 MCM/ano provenientes da região transfronteiriça de recursos hídricos compartilhados com a Palestina (ZEITOUN, 2008).

O consumo total de água israelense, à época, era cerca de 2.100 MCM/ano (ZEITOUN, 2008). Na tabela 1, ANEXO H, podemos observar as alocações/consumo das fontes de recursos hídricos transfronteiriços entre Israel e a Palestina. Cabe destacarmos a significativa relevância do Aquífero Ocidental na alocação de água doce para Israel, ofertando 340 MCM/ano (ZEITOUN, 2008). Destacamos que é sobre essa valiosa fonte de recurso hídrico que Israel vem construindo, desde 2002, o Muro da Cisjordânia.

De acordo com o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2021 (UNESCO, 2021), o uso global de água doce aumentou seis vezes nos últimos cem anos e, desde a década de 1980, essa tendência vem sendo mantida a uma taxa média de cerca de 1% ao ano. Grande parte desse incremento da demanda hídrica pode ser atribuído a uma combinação de fatores como: o aumento populacional; o rápido desenvolvimento econômico (envolve os setores industrial e agrícola); e as mudanças nos padrões de consumo, devido à melhoria dos padrões de vida. Com Israel não foi diferente. Podemos constatar a direta relação dos fatores supramencionados com o aumento do consumo de água israelense ao longo dos anos (FIG. 3 e 4, ANEXOS C e D).

Um outro parâmetro que pode ser igualmente utilizado para compreendermos com maior clareza, a demanda hídrica de Israel é o seu *Water Footprint*[22]. Estimado em 8.600 MCM/ano (CHAPAGAIN; HOEKSTRA, 2004), o *Water Footprint* daquele Estado é mais que o quádruplo da quantidade total de água doce renovável disponível, mencionada anteriormente (ZEITOUN, 2008). Na tentativa de preencher essa lacuna, Israel importa diversos alimentos, especialmente, cereais, grãos, carne e café (água virtual).

[22] *Water Footprint* de um Estado indica o seu consumo total de água, doce e virtual. É calculado considerando o volume de água doce consumido pelo Estado anualmente, subtraindo a água virtual saindo do Estado (na forma de exportação agrícola ou pecuária) e somando a água virtual importada pelo Estado (na forma de água agrícola ou importações de gado) (ZEITOUN, 2008).

Ainda na tentativa de minimizar essa dependência, além da água virtual, Israel tem desenvolvido alternativas aos recursos hídricos subterrâneos e superficiais. Dentre elas se destacam: a conscientização da população no sentido de mudar os hábitos de consumo; o reparo de tubulações antigas e avariadas; o tratamento e reutilização de águas residuais e; a dessalinização da água do mar. Para exemplificarmos, podemos citar a construção, em 1994, de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais, a qual produz cerca de 120 MCM/ano (IWC 2002), utilizada, principalmente, para fins agrícolas ao redor de Tel Aviv e no deserto de Negev e a usina de dessalinização de Ashqelon, concluída em 2005, na costa sul de Israel, com produção de cerca de 100 MCM/ano (ZEITOUN, 2008). Entretanto, fruto de políticas ocultas envolvendo a disputa hídrica, os líderes políticos israelenses não reconhecem essas fontes de água como mitigadora de conflitos (ZEITOUN, 2008).

Ao analisarmos a FIG. 3 (ANEXO C), percebemos que a quantidade de água consumida pelo setor agrícola israelense é muito superior à dos setores doméstico e industrial. Esse fato também pode ser verificado na TAB. 3 (ANEXO J). Em contrapartida, no início dos anos 2000, esse setor representava apenas 1,5% do PIB de Israel (ZEITOUN, 2008). Essa crescente discrepância iniciou-se no período pós-1967. Apesar do rápido crescimento do produto líquido do setor agrícola, outros setores da economia israelense o ultrapassaram amplamente.

É interessante atentarmos para um detalhe. Israel justifica o contínuo aumento no consumo de água, pós-1967, sob alegação de que possui a responsabilidade de atender as necessidades dos palestinos que passaram, repentinamente, a ficar sob seu controle (ZEITOUN 2008). Entretanto, a real razão pode esconder um segundo fator que viria a se tornar a chave para o futuro dos conflitos hídricos: a intensificação da ocupação dos territórios ocupados, por meio da sua política de assentamentos.

Segal (2003) destaca que as necessidades hídricas do movimento de colonos judeus, que começaram a colonizar a Cisjordânia em números cada vez maiores, têm sido a força motriz adicional por trás das relações geopolíticas israelenses. Ou seja, Israel pode estar utilizando-se da narrativa de cumprimento de responsabilidades políticas humanitárias com o intuito de perseguir estratégias de obtenção de recursos (inclui a disputa por territórios) a fim de consolidar o controle sobre os recursos transfronteiriços conquistados e garantir o seu desenvolvimento. Essa forte relação, iniciada com a ideologia sionista, envolvendo agricultura, assentamentos, dependência de recursos hídricos e expansionismo pode ser percebida por meio de uma declaração realizada, em 2002, pelo parlamento israelense, transcrita abaixo:

> O Comitê rejeita a alegação, como se "uma agricultura perdulária" fosse a causa da crise no setor de água israelense, e que a crise possa ser resolvida por meio de cortes drásticos na agricultura, ou sua liquidação. Nos olhos do Comitê, a agricultura tem um valor sionista-estratégico-político, que vai além de sua contribuição econômica (ISRAEL, 2002a, p. 12, tradução nossa).[23]

Dessa exposição, podemos depreender que apesar do alto consumo de água em uma região de escassez e o retorno financeiro, relativamente, baixo que a atividade oferece para Israel, a agricultura possui importância sionista, estratégica e política que supera a percepção da necessidade de poupar esse recurso. Dessa forma, como a intenção daquele Estado não é de reduzir a demanda, deve buscar outras formas para atendê-la.

Após tomarmos ciência das necessidades hídricas israelenses, suas principais causas e as fontes de recursos disponíveis para minimizá-la, passaremos a análise da construção do Muro da Cisjordânia, especificamente.

---

[23] "The Committee rejects the claim, as if 'a spendthrift agriculture' is the cause of the crisis in the Israeli water sector, and that the crisis may be resolved by means of drastic cuts in agriculture, or its liquidation. In the eyes of the Committee agriculture has a Zionist-strategic-political value, which goes beyond its economic contribution."

## 4.2 OS ARGUMENTOS HIDROESTRATÉGICOS E A CONSTRUÇÃO DO MURO DE SEPARAÇÃO DA CISJORDÂNIA

Ao longo da história, os defensores da expansão do Estado israelense, contrários às negociações ou concessões aos palestinos, têm apresentado argumentos hidroestratégicos para sustentar seus pontos de vista políticos, afirmando que desistir de toda ou parte da Cisjordânia ameaça o controle israelense sobre a água e, por extensão, a segurança do Estado. Segundo Wolf (1995), hidroestratégia é a influência da localização dos recursos hídricos no pensamento estratégico. Ele cita, como exemplo, o mapa da FIG. 5 (ANEXO E), elaborado pelo então comissário de água israelense, Menachem Cantor, por ocasião das primeiras negociações em *Camp David I* (1978). Nele estão indicados quais territórios Israel devem reter para manter o controle sobre os recursos hídricos críticos. Na Cisjordânia, podemos destacar as principais áreas (ricas em água doce) do Aquífero Ocidental, as quais os palestinos têm sido impedidos de desenvolver desde 1967 (ZEITOUN, 2008) e, sobre as quais, encontra-se o Muro de Separação da Cisjordânia, no qual nos debruçaremos na sequência.

### 4.2.1 O muro de separação da Cisjordânia

A assinatura dos Acordos de Paz de Oslo I (1993) e Oslo II (1995) entre a OLP e o Estado de Israel foram os primeiros passos de um processo que não rendeu muitos frutos. Entretanto, esses acordos serviram para esclarecer pontos nos quais as autoridades palestinas e israelenses discordam até os dias atuais. Denominadas "questões de status permanentes", incluem: o direito de retorno de refugiados palestinos; o status de Jerusalém; as fronteiras

territoriais; o futuro dos assentamentos judeus na Cisjordânia; e a água (ZEITOUN, 2008).

Em 2000, com o fracasso das negociações de *Camp David II*, os acordos já não tinham efeito prático. Pouco tempo depois, a visita de Ariel Sharon à Mesquita de *Al Aqsa*, em Jerusalém, e a Segunda Intifada palestina (2000-2005) levaram à reocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Nesse período houve um grande aumento da violência entre palestinos e israelenses. Dois anos depois (2002), o governo Bush (EUA) tentou reavivar o processo de Oslo com o *Road Map for Peace*[24]. Entretanto, Israel alterou sua política em relação aos palestinos, passando do diálogo para a ação unilateral. A construção do Muro de Separação da Cisjordânia, iniciada em 2002, possui aderência a essa mudança de postura.

Para Zeitoun (2008), o Muro é um exemplo do *hard power*[25] israelense sobre os palestinos no conflito hídrico. O Muro, também conhecido como "Cerca de Separação", "Cerca", ou "Muro do Apartheid", é composto por painéis de concreto pré-moldados de oito metros de altura em alguns trechos e arame farpado com cerca eletrificada em outros. Tanto as seções de parede quanto de cerca são acompanhadas por trincheiras, estradas patrulhadas pela FDI, torres de vigia e zonas de vigilância eletrônica, em um esforço elaborado para separar fisicamente palestinos de israelenses (GREGORY, 2004), conforme pode ser visto na FIG. 6 (ANEXO F).

O comprimento total planejado do Muro da Cisjordânia é de 712 km, mais que o dobro do comprimento da Linha Verde, a fronteira estabelecida no Armistício israelo-árabe

[24] O *Road Map for Peace* foi um plano, desenvolvido pelos EUA, em cooperação com a Rússia, a União Europeia e as Nações Unidas (o Quarteto), apresentado a Israel e à Autoridade Palestina para resolver o conflito no Oriente Médio. Os princípios do plano, originalmente elaborado pelo oficial do Serviço de Relações Exteriores dos EUA, Donald Blome, foram delineados pela primeira vez pelo presidente dos EUA, George W. Bush, em um discurso em 2002, no qual ele propôs um Estado palestino independente vivendo lado a lado com Israel, em paz. O processo chegou a um impasse no início da primeira fase e o plano não foi implementado.

[25] Comando ou *hard power* é o poder coercitivo exercido por meio de incentivos ou ameaças (NYE, 2007, p. 62). O *hard power* baseia-se na intervenção militar, diplomacia coercitiva e sanções econômicas (WILSON, 2008, p. 114). Depende de recursos de poder tangíveis, como forças armadas ou meios econômicos (GALLAROTTI, 2011, p. 29).

de 1949 (UN, 2013a). Em 2013, já haviam sido construídos, aproximadamente, 438 km (62%) e encontravam-se em andamento outros 10% (UN, 2013a). Cerca de 85% de seu percurso encontra-se no interior da Cisjordânia, e não ao longo da Linha Verde e, se concluído conforme o planejado, isolará cerca de 9,4% do território da Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental (UN, 2013a). Estima-se que 11.000 palestinos vivam entre o Muro e a Linha Verde (UN, 2020).

Críticos palestinos afirmam que a construção do Muro e seus "desvios" trata-se de uma "apropriação de terras", sendo que grande parte delas são ricas em recursos naturais, sobretudo hídricos. Após concluído, a Cisjordânia terá perdido cerca de 70% da área de recarga do Aquífero Ocidental, localizada entre o Muro e a Linha Verde, a qual ficará sob controle exclusivo de Israel (ZEITOUN, 2008).

A narrativa israelense é que a construção do Muro consiste em uma medida de segurança que visa proteger tanto os cidadãos israelenses (residentes em Israel) quanto os colonos israelenses (que vivem na Cisjordânia) dos ataques terroristas suicidas palestinos. Por outro lado, os palestinos afirmam que tal medida é apenas uma forma de "roubar água". Ao considerarmos sua localização ao longo das partes mais produtivas do rico Aquífero Ocidental, parece haver algum embasamento para essa visão, particularmente se verificarmos os mapas e interesses hidroestratégicos israelenses da década de 1970, mostrados na FIG. 5, ANEXO E (ZEITOUN, 2008).

Averiguemos a questão de Jayyous, uma comunidade agrícola de Qalqiliya que possui uma das terras mais férteis da Cisjordânia. Apesar dessa vila situar-se a leste do Muro, 70% de sua agricultura e todas as suas terras irrigadas localizam-se a oeste dele (ZEITOUN, 2008). Seus poços subterrâneos e, aproximadamente, 9.307 *dunums*[26] (931 hectares) de

[26] O *dunum* é uma unidade de área, não integrante do Sistema Internacional de Unidades. Originalmente, no antigo Império Otomano, um *dunum* era a quantidade de terra que um homem podia arar em um dia, a qual variava, consideravelmente, entre os diferentes locais que utilizavam essa medida como referência. Em Israel,

terras produtivas, que consumiriam quantidade considerável de água, foram isoladas da comunidade (UN, 2005). O acesso à terra é controlado, o que afeta diretamente a obtenção de água pela população local e a capacidade da comunidade se sustentar (UN, 2005). Dentre outras áreas, podemos citar ainda a vila palestina de Al Burj, em que o percurso do Muro também impede o acesso a uma nascente de água doce da qual a vila é dependente.

O Muro ainda impõe outros custos, embora ocultos, em termos de recursos hídricos. Os planos de desenvolvimento do Estado palestino partem do pressuposto de uma distribuição "equitativa e razoável" de todos os recursos compartilhados, o que inclui a exploração do aquífero em questão. O efeito de não permitir o acesso dos palestinos à terra é restringir seus planos nacionais de desenvolvimento.

Ao chegarmos ao término deste capítulo, identificamos, dentro das fontes pesquisadas, que há indícios de que a construção do Muro da Cisjordânia possa haver alguma relação com a questão do desenvolvimento e expansionismo do Estado de Israel e a demanda de recursos para tal. A seguir, realizaremos uma análise dos pontos mais relevantes observados, com base no que foi discutido no enquadramento teórico e conceitual.

---

Jordânia, Líbano, Palestina e Turquia, um *dunum* equivale a 1000 m² ou 0,1 hectare.

# 5 ANÁLISE SEGUNDO OS CONCEITOS TEÓRICOS APRESENTADOS

No presente capítulo, dividido em duas seções, pretendemos analisar o caso estudado, refletindo sobre a relação e a possível influência das ideias de Friedrich Ratzel e Brahma Chellaney na decisão unilateral de Israel acerca da construção do Muro de Separação da Cisjordânia.

## 5.1 ANÁLISE SEGUNDO OS CONCEITOS DE FRIEDRICH RATZEL

Em suas teorias, Ratzel procurou legitimar o expansionismo alemão. Guardadas as devidas peculiaridades de cada processo, ao analisarmos o dinamismo israelense podemos encontrar algumas semelhanças entre eles.

O Darwinismo Social ratzeliano preconizava que uma civilização mais evoluída e desenvolvida dominaria os povos inferiores, impondo-lhes sua cultura e modo de vida. Esse método de dominação pode ser identificado nos movimentos geopolíticos israelenses desde a sua formação até os dias atuais, com o Movimento Sionista incentivando a imigração em massa e a ocupação das terras conquistadas. Por meio de sua política de assentamentos e do desenvolvimento da produção agrícola, os judeus penetram e estabelecem fortes vínculos com as terras nos novos territórios, possibilitando assim a disseminação de sua cultura. O sucesso dessa política depende, em grande parte, da visão de domínio do espaço por parte dos estadistas israelenses e da mobilidade e adaptabilidade do povo, uma outra ideia de Ratzel. Além disso, após a consolidação de sua hegemonia local, Israel passou a adotar decisões unilaterais sem que houvesse um adversário suficientemente forte que pudesse se contrapor

efetivamente a elas. A construção do Muro de Separação da Cisjordânia é um exemplo de tais decisões.

De acordo com o que Ratzel defendia, o Estado é um como um ser vivo. Dessa forma, para Israel crescer e se desenvolver ele necessita garantir o acesso e o controle dos recursos necessários. No caso do nosso objeto de estudo, a água é um fator fundamental para propiciar esse crescimento e a busca por novas fontes é primordial, mesmo que o ônus seja a disputa e a subtração de territórios alheios. À medida que o território israelense já não é mais compatível com o seu efetivo demográfico, deixa de proporcionar as condições necessárias para o contínuo desenvolvimento do Estado e o seu poder torna-se cada vez mais assimétrico na região, a expansão territorial é vislumbrada como uma saída cada vez mais plausível. Desde 1967, Israel tem buscado, de diversas formas e em diversos momentos, ampliar o seu Espaço Vital, o *Lebensraum,* tão difundido por Ratzel. A conquista, anexação ou controle de regiões ricas em recursos hídricos, dos quais Israel necessita, tem sido uma constante na história daquele Estado. Em especial, destacamos o avanço em direção ao Aquífero Ocidental, com a construção do Muro de Separação da Cisjordânia, que se encontra, em grande parte, no interior do território palestino, além da Linha Verde. Ao analisarmos a localização do muro e verificarmos potencial hídrico daquela região, somos remetidos à ideia de uma possível tentativa israelense de ampliação do seu Espaço Vital.

Nesse diapasão, as Leis do Crescimento Espacial dos Estados de Ratzel se encaixam perfeitamente. Com a dispersão dos palestinos, a forte ocupação sionista e a manutenção da coesão social, Israel vem impondo sua cultura e criando as condições necessárias para o seu crescimento. Ideias, posses de bens tangíveis, religião, comércio, pressão populacional são impulsos que ajudam diretamente no sucesso da expansão espacial. Com a cultura palestina dispersa e, de certa forma, enfraquecida, fica mais fácil a penetração do Estado em expansão.

Com o aumento desproporcional de poder e sem uma oposição eficiente, a expansão israelense segue ocorrendo de maneira fluida. Sem a necessidade de provocar conflitos de grandes proporções e sob alegações diversas (no caso, a segurança dos nacionais), a ampliação das fronteiras israelenses vai ocorrendo paulatinamente.

Ao analisarmos os fatos, aflora a percepção de que nesse suposto alargamento de fronteiras, Israel, conscientemente, busca absorver áreas ricas em recursos hídricos, optando por ocupar locais que venham lhe trazer benefícios, mesmo que às custas da desapropriação dos palestinos, relegando-os às áreas ruins. Essa postura possui forte alinhamento com os pensamentos de Ratzel.

Por fim, é digno de ceticismo que, independentemente de sua extensão ou poder, Israel não anseie conquistar e anexar outros territórios e os bens naturais neles existentes. Essas ações podem ser necessárias para garantir a continuidade da sua existência. A busca pela posse da água visa não somente assegurar a sobrevivência do Estado, mas também garantir a vantagem estratégica que o controle desse recurso pode oferecer.

## 5.2 ANÁLISE SEGUNDO OS CONCEITOS DE BRAHMA CHELANEY

No tocante aos recursos hídricos existentes no Aquífero Ocidental, na Cisjordânia, verificamos que tanto Israel quanto a Palestina são abrangidos por essa fonte subterrânea, o que caracteriza a água como um fator relevante nas questões, inclusive territoriais, de ambos. A decisão unilateral israelense de construir o Muro de Separação da Cisjordânia pode estar relacionada à disputa pela garantia do controle desse recurso na região.

Por estar situada em uma área em que a escassez hídrica é uma constante

preocupação, o valor da água para os Estados que dela dependem ganha proporções exponenciais. Combinada com outras motivações como as disputas históricas, sejam territoriais, étnicas ou religiosas; degradação ambiental (superexploração, aumento da salinidade, despejos tóxicos); ou instituições fracas (PWA, JWC), o conflito torna-se inevitável.

Chellaney (2013) destacou que os desafios da água estão no centro do desenvolvimento humano e da paz e segurança regional. Sendo assim, o aumento da eficiência e da produtividade da água é fundamental para diminuir a lacuna entre a oferta e a demanda. Nesse sentido, Israel vem desenvolvendo meios alternativos para superar a escassez tais como a utilização da "água virtual", a dessalinização e a reutilização de águas residuais. Entretanto, é importante relembrarmos que a água, além de ser um recurso vital, possui a característica essencial de não haver outro bem que possa substituí-lo. Dessa forma, mesmo com os avanços tecnológicos ou boas práticas desenvolvidas, ela dificilmente perderá seu valor. Pelo contrário, com a demanda cada vez maior e a disponibilidade menor, o seu valor tende a aumentar.

Transformações de diversas naturezas (políticas, econômicas, socioculturais, tecnológicas, climáticas, populacionais) tem elevado a relevância dos recursos hídricos e "justificado" os movimentos geopolíticos israelenses. Segundo Chellaney (2013), mesmo em questões territoriais com raízes históricas e culturais, as reivindicações dos Estados envolvidos em uma disputa, muitas vezes, são motivadas pelo interesse ou competição pelos recursos envolvidos, ainda que esse objetivo não seja, claramente, declarado. Embora, no nosso objeto de estudo, a segurança dos seus nacionais venha sendo o discurso israelense difundido para explicar a decisão pela construção do Muro, talvez, a demanda por recursos possa ser a principal motivação para tal. Por outro lado, conforme Chellaney (2013) também alertou, palestinos, ao sentirem-se injustiçados com a distribuição desigual dos recursos hídricos

compartilhados e prejudicados em diversos outros setores podem optar, por vezes, a recorrerem a revoltas, conflitos e, em alguns casos, a ataques terroristas contra os israelenses. Basicamente, esse era o contexto às vésperas da decisão pela construção do Muro. Com o fracasso das negociações de *Camp David II* e o início da Segunda Intifada, ocorreram dezenas de ataques palestinos por homens-bomba, causando a morte de milhares de israelenses (ZEITOUN, 2008). Esses números, bem como o seu posterior declínio após o início da construção do Muro podem ser visualizados na FIG. 7 (ANEXO G). Israel pode ter aproveitado a situação de insegurança para atingir seus objetivos hidroestratégicos na Cisjordânia. Apesar de, aparentemente, o cerne da questão ser a segurança, nada impede de estar nele embutido a questão da água que flui debaixo terra disputada.

Em face dos indícios apontados pela pesquisa, podemos considerar que os recursos hídricos possam ter sido objetivos estratégicos considerados na decisão israelense de construir o Muro de Separação da Cisjordânia sobre uma rota distinta da percorrida pela Linha Verde. O total controle de tais recursos pode permitir a continuidade do crescimento e desenvolvimento de Israel, garantindo-lhe a manutenção da hegemonia na região, derivada da posse dos recursos hídricos fornecidos pelo Aquífero Ocidental.

Passemos agora às considerações finais, que estarão expressas no último capítulo deste trabalho.

# 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi verificar se, em 2002, a decisão unilateral israelense de construir um Muro de Separação na Cisjordânia, desrespeitando as fronteiras estabelecidas em 1948 e avançando para além da Linha Verde (*Green Line*), sofreu influência, em algum grau, do conceito de Espaço Vital e das Leis do Crescimento Espacial dos Estados, propostos por Friedrich Ratzel, considerando alguns dos conceitos atinentes à escassez hídrica, apresentados por Brahma Chellaney.

Para atingir esse propósito, o trabalho foi estruturado em seis capítulos. Primeiramente procuramos abordar os conceitos que serviram como ferramenta para o nosso estudo. Verificamos que, de acordo com Ratzel, para um Estado garantir a sua existência e o seu progresso ele deve buscar ampliar o seu Espaço Vital. Para isso, o Estado deve estender suas fronteiras, absorver novas áreas valiosas e apropriar-se dos recursos naturais dos Estados vizinhos, especialmente, dos mais fracos, conforme explicitado nas Leis do Crescimento Espacial do Estado.

Vimos também que, em um cenário caracterizado pela crescente demanda associada à escassez de recursos naturais, há uma tendência de que haja disputa entre os Estados na tentativa de garantir o acesso a eles. Constatamos a importância da água como um recurso natural vital para a humanidade e que questões atinentes à escassez hídrica podem estar ocultas, encobertas por outras consideradas mais "legítimas".

No capítulo três, apresentamos informações envolvendo os três pilares que sustentam a geopolítica de um Estado: geografia, história e poder. Verificamos que desde a formação do Estado moderno de Israel, o acesso e o controle da água ocupam fundamental importância em suas decisões bem como em seus movimentos geopolíticos. No capítulo

seguinte, abordamos a situação hídrica em que Israel se encontrava no período que antecedeu a decisão pela construção do Muro de Separação da Cisjordânia. Tratamos também da estrutura física propriamente dita, dos argumentos apresentados pelas diferentes partes (tanto por Israel quanto pela Palestina) e as principais implicações da referida decisão. Por fim, dedicamos um capítulo para examinarmos o objeto de estudo à luz do conceitual teórico apresentado, buscando elementos que nos permitissem responder à pergunta que motivou essa pesquisa.

No decorrer do nosso estudo, identificamos que tanto Israel quanto a Palestina são abrangidos pelos recursos hídricos existentes no Aquífero Ocidental, na Cisjordânia, o que caracteriza um cenário propício à ocorrência de disputas motivadas pela água (mesmo que este não seja o objetivo claramente declarado), principalmente, em uma região onde o problema da escassez constitui-se de uma grande preocupação. Nesse sentido, verificamos que os fundadores sionistas de Israel já viam a necessidade de controlar a água e relutavam em compartilhá-la. O forte incentivo à imigração dos judeus e ao desenvolvimento agrícola (dependente de grande quantidade de água), inclusive em áreas desérticas, fizeram com que a demanda hídrica israelense aumentasse continuamente. O cultivo agrícola e a política de assentamentos adotada por Israel há muito vêm sendo utilizadas como ferramentas político-estratégicas ao longo da história, até os dias atuais. Ao ocuparem regiões e fixarem-se na terra, torna-se mais fácil disseminarem sua cultura, comércio e modo de vida, além de ampararem uma posterior anexação territorial.

Constatamos que, ao término da Guerra dos Seis Dias, consciente de que necessitaria de espaço e recursos para seu pleno desenvolvimento, Israel anexou as áreas então conquistadas ao seu território. Além de outras fontes, Israel obteve o controle do sistema multiaquífero da Montanha (composto pelos aquíferos Ocidental, Oriental e

Nordeste), rico em recursos hídricos subterrâneos. Vimos que, apesar de ser considerada violação da legislação internacional, Israel intensificou ainda mais a sua política de assentamentos. Contudo, evitando anexar tais áreas formalmente, Israel passou a exercer seu controle por meio das ordens militares. Ao destacarmos a localização física desses assentamentos e sua relação com os recursos hídricos subterrâneos existentes sob eles, vislumbramos que, coincidentemente ou não, os colonos, costumeiramente, instalam-se nas áreas mais ricas, em pontos estratégicos, bem acima dos aquíferos subterrâneos.

Percebemos ainda que, para Israel, a água é um instrumento fundamental para sustentar sua preeminência e influência regional. Sendo o Estado mais poderoso da região, Israel toma decisões e movimenta-se geopoliticamente sem uma oposição efetiva. Assim, além de restringir o uso da água pelos seus vizinhos, busca a expansão do seu território para obter mais acesso e controle desse recurso natural.

Outrossim, enumeramos e quantificamos as principais fontes de produção e consumo de água israelense, bem como as razões para o constante aumento de sua demanda hídrica. Extraímos que a tendência natural é que essa demanda permaneça em uma crescente e que, de forma inversa, a oferta decresça ao longo dos anos. Ademais, vimos que, apesar do desenvolvimento de alternativas para driblar a escassez tais como a dessalinização e o reuso da água, os líderes políticos israelenses não as reconhecem como suficientes para garantir seu Espaço Vital. Como, aparentemente, não é intenção daquele Estado reduzir o consumo desse recurso natural, a alternativa que resta é buscar outras formas para atendê-lo.

Aprofundando um pouco mais o nosso estudo descobrimos que, para as primeiras negociações em *Camp David I*, foi confeccionado um mapa indicando quais territórios Israel deveria reter para manter o controle sobre os recursos hídricos críticos. Destacamos que, no mapa, as principais áreas (ricas em água doce) do Aquífero Ocidental encontram-se,

nitidamente, demarcadas. Novamente, coincidentemente ou não, essas são mesmas áreas as quais os palestinos têm sido impedidos de desenvolver desde 1967; estão situados diversos assentamentos judeus; e sobre as quais Israel decidiu construir o Muro de Separação da Cisjordânia.

Nesse ponto, identificamos discursos distintos das partes envolvidas. Enquanto a Palestina alega violação de suas fronteiras, usurpação de terras e, principalmente, de água, Israel argumenta que a construção visa a segurança e a proteção dos cidadãos e colonos israelenses, tanto em seu território quanto na Cisjordânia. Comprovamos que, de fato, houve um grande incremento da violência e de ataques terroristas suicidas palestinos a israelenses após as negociações de *Camp David II* e o início da Segunda Intifada e que, em concordância com o proposto por Chellaney, essa pode ter sido a oportunidade a qual Israel precisava para por em prática seus objetivos hidroestratégicos na Cisjordânia pois, por trás da questão da segurança de seus nacionais, aquele Estado pode ter embutido a questão da água que flui debaixo daquela terra. A água ali existente pode ajudar a garantir a resiliência e as atividades humanas em um futuro no qual sua oferta tem se tornado cada vez mais imprevisível.

Diante do exposto, após análise à luz dos conceitos de Friedrich Ratzel e Brahma Chellaney apresentados, depreendemos que a decisão em lide possui considerável alinhamento com essas ideias. Ficou-nos a impressão de que o discurso ratzeliano, apesar de orientado para culturas particulares, ainda permanece ativo, principalmente entre os Estados mais poderosos. Percebemos que Israel pode ter se valido de raciocínio semelhante ao de Ratzel para embasar sua intenção de domínio sobre a, mais fraca, Palestina. Considerando a escassez hídrica na região e a importância da água nas noções de segurança do Estado israelense, há grande possibilidade de que os responsáveis pela decisão de construir o Muro, bem como do trajeto a ser percorrido por este, tenham considerado os interesses pelos

recursos ali existentes, levando-nos a crer que o conceito de Espaço Vital, embora veladamente, possa ter sido apropriado pelos líderes judeus e seu povo no intuito de auxiliá-los a alcançar seus objetivos políticos e econômicos.

Dessa forma, ao considerarmos: os recursos hídricos existentes no Aquífero Ocidental; o percurso o qual o Muro de Separação da Cisjordânia vem sendo construído; e a necessidade de Israel expandir seus limites geográficos territoriais para garantir o controle da água e o seu contínuo desenvolvimento, concluímos que, apesar do transcurso de grande lapso temporal, as decisões políticas adotadas por Israel, em 2002, sofreram influência e possuem aderência às Leis de Crescimento Espacial dos Estados e ao conceito de Espaço Vital, desenvolvidos por Friedrich Ratzel. Acrescentamos, ainda, que a forte sinergia desses conceitos com a concepção contemporânea de escassez hídrica, apresentados por Brahma Chellaney, nos leva a inferir que o *modus operandi* israelense é passível de ser reproduzido por outros Estados.

No intuito de confirmar essa tendência, seria interessante que estudos futuros abordassem a relação entre as disputas por recursos, especialmente hídricos, e a construção de muros em outras regiões, tendo em vista que outros Estados, no Oriente Médio e Norte da África, por exemplo, têm optado por decisão semelhante sob as mais distintas alegações.

## REFERÊNCIAS


ARI, Shavit. Sharonis, Sharonis, Sharonis. *Haaretz*, Tel Aviv, 12 Apr. 2001.

B'TSELEM. *Fatalities*: all data: Israeli civilians. Jerusalem: B'Tselem, 2022. Disponível em: https://statistics.btselem.org/en/all-fatalities/by-date-of-incident?section=overall&tab=charts. Acesso em: 5 jun. 2022.

BARLOW, Maude. *Água, futuro azul*: como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre. 1. ed. São Paulo: M. Books, 2014. 312 p.

BEN-ZVI, Arie; DLAYAHU, Emanuel; GOTTESMANN, Mendel; PASSAL, Avner. Evolution of the 1990–1991 water crisis in Israel. *Water International*, Arbana, v. 23, n. 2, p. 67-74, Jan. 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02508069808686744. Acesso em: 26 maio 2022.

CHAPAGAIN, A. K.; HOEKSTRA, A. Y. *Water footprints of nations*: volume 1: main report. Delft, Netherlands: UNESCO-IHE, 2004. v. 1. (Value of Water Research Report Series, n. 16). Disponível em: https://waterfootprint.org/media/downloads/Report16Vol1_1.pdf. Acesso em: 24 maio 2022.

CHELLANEY, Brahma. *Water, peace, and war*: confronting the global water crisis. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2013. 400 p.

DE VILLIERS, Marq. *Água*: como o uso deste precioso recurso natural poderá acarretar a mais séria crise do século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. 457 p.

DINAR, Ariel. Preventive diplomacy, international relations, conflict resolution and international water law: implications for success and failure of the Israeli-Palestinian water conflict. *International Journal of Global Environmental*, Geneva, v 3, n. 2, p. 188-225, Feb. 2003.

DIX, Arthur. *Geografia política*. 2. ed. Barcelona: Labor, 1945.

ELMUSA, Sharif. *Water conflict*: economics, politics, law and Palestinian-Israeli water resources. Washington, DC: Institute for Palestine Studies, 1997.

FRANÇA, Júnia Lessa *et al*. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 240 p.

GALLAROTTI, Giulio M. Soft power: what it is, why it's important, and the conditions for its effective use. *Journal of Political Power*, United kingdom, v. 4, n. 1, p. 25-47, Mar. 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/2158379X.2011.557886. Acesso em: 1 jun. 2022.

GREGORY, Derek. *The colonial present:* Afghanistan, Palestine, Iraq. Malden, MA: Blackwell Pub., 2004. 367 p.

HADDADIN, Munther J. *Diplomacy on the Jordan*: international conflict and negotiated resolution. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2002. 534 p.

HAUSHOFER, K. *De la géopolitique*. Paris. Fayard, 1986. 280 p.

HOUSTON, William; GRIFFITHS, Robin. *Water*: the final resource: how the politics of water will impact on the world. 1. ed. Great Britain: Harriman House, 2008. 185 p.

ISRAEL. Consulado Geral (São Paulo, SP). *História*: estado de Israel. São Paulo, 2022. Disponível em: https://embassies.gov.il/sao-paulo/AboutIsrael/history/Pages/HISTORIA-Estado-Israel.aspx. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. Knesset. Parliamentary Committee of Inquiry on the Israeli Water Sector; MAGEN, D. (org.). *Report*. Jerusalém: Knesset, 2002a. Disponível em: https://www.knesset.gov.il/committees/eng/docs/englishwater.pdf. Acesso em: 26 maio 2022.

_____. Ministry of National Infrastructures. Water Commission. Demand Management Division. *Water in Israel*: consumption and production, 2001. 3rd ed. Tel Aviv: Water Commission of Israel, 2002b. Disponível em: https://1library.net/document/yd94261z-water-in-israel-consumption-and-production.html?utm_source=search_v3. Acesso em: 24 maio 2022.

ISRAEL PIB 1960-2022. [California]: MacroTrends, 2022. Disponível em: https://www.macrotrends.net/countries/ISR/israel/gdp-gross-domestic-product. Acesso em: 22 maio 2022.

J STREET. *The Green Line*. Washington, DC: J Street, 2022. Disponível em: https://jstreet.org/the-green-line/#.YpzXgMPMKpo. Acesso em: 5 jun. 2022.

JUSANTE. *In*: MICHAELLIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/jusante/. Acesso em: 15 jun. 2022.

KASPERSON, R. E.; MINGHI, J. V. (ed.) *The structure of political geography*. Translated by Ronald L. Bolin. Chicago: Aldine, 1969. p. 17-28.

KLARE, Michael T. *Resource wars:* the new landscape of global conflict. New York: Metropolitan Books, 2001. 289 p.

MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 480 p.

MONTANTE. *In*: MICHAELLIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/montante/. Acesso em: 15 jun. 2022.

MORAES, A. C. B. (org.). *Ratzel*: geografia. São Paulo: Ática, 1990. 199 p.

NYE, Joshep S. *Understanding international conflicts:* an introduction to theory and history. 6th ed. New York: Pearson Longman, 2007.

RATZEL, F. The laws of the spatial growth of states. *In*: KASPERSON, R. E.; MINGHI, J. V. (ed.) *The structure of political geography*. Translated by Ronald L. Bolin. Chicago: Aldine, 1969. p. 17-28.

SANTOS, Milena Barros Marques dos; SOUSA, Cidoval Morais de. Água virtual: limites de um conceito e de um modelo de desenvolvimento. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 1., 2018, Natal. *Anais* [...]. Campina Grande: Realize, 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/50503. Acesso em: 22 maio 2022.

SEGAL, Rafi; WEIZMAN, Eyal (ed.). *A civilian occupation*: the politics of Israeli architecture. Tel Aviv: Verso, 2003. 187 p.

SELBY, Jan. *Water, power and politics in the Middle East*: the other Israeli-Palestinian conflict. London: I.B. Tauris, 2003. 288 p.

TOSTA, Octavio. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p.

UNESCO. World Water Assessment Programme; KONCAGÜL, E.; TRAN, M.; CONNOR, R. *Relatório mundial das Nações Unidas sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos 2021*: o valor da água: fatos e dados. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375751_por. Acesso em: 21 maio 2022.

_____. World Water Assessment Programme; KONCAGÜL, E.; TRAN, M. *Relatório mundial das Nações Unidas sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos 2022:* águas subterrâneas: tornar visível o invisível: fatos e dados. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380733_por. Acesso em: 12 maio 2022.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Resolution 181 (III)*. Future government of Palestine. [New York], 29 Nov. 1947. Disponível em: https://undocs.org/en/A/RES/181(II). Acesso em: 05 mar. 2022.

_____. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. 16 years after the International Court of Justice advisory opinion, some 11,000 palestinians are still isolated by the barrier. *The Humanitarian Bulletin*, Jerusalem, Aug./Sept. 2020. Disponível em: https://www.ochaopt.org/content/16-years-after-international-court-justice-advisory-opinion-some-11000-palestinians-are. Acesso em: 16 maio 2022.

_____. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Relief and Works Agency. *Barrier projections*: humanitarian impact of the West Bank barrier on Palestinian communities: OCHA report. Jerusalem, Mar. 2005. Update. n. 5. Disponível em: https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-202783/. Acesso em: 16 maio 2022.

_____. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs occupied Palestinian territory. *The humanitarian impact of the barrier*. Jerusalem, 12 jul. 2013a. Disponível em: https://www.ochaopt.org/sites/default/files/ocha_opt_barrier_factsheet_july_2013_english.pdf. Acesso em: 16 maio 2022.

_____. Statistics Division. *UNdata*: Israel. New York: United Nations. Statistics Division, 2021. Disponível em: https://data.un.org/en/iso/il.html. Acesso em: 15 maio 2022.

_____. Water. What is water security? Geneva: United Nations. Water, 2013b. 1 Pôster. Disponível em: https://www.unwater.org/app/uploads/2017/05/unwater_poster_Oct2013.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

WEIZMAN, E. *Hollow land*: Israel's architecture of occupation. London: Verso, 2007. 318 p.

WILSON, Ernest J. Hard power, soft power, smart power. *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, Philadelphia, v. 616, p. 110-124, Mar. 2008. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/25097997. Acesso em: 01 jun. 2022.

WOLF, Aaron T. *Hydropolitics along the Jordan River*: scarce water and its impact on the Arab-Israeli conflict. Tokyo; New York: United Nations University Press, 1995. Disponível em: https://archive.unu.edu/unupress/unupbooks/80859e/80859E00.htm#Contents. Acesso em: 28 maio 2022.

ZEITOUN, Mark. *Power and water in the Middle East*: the hidden politics of the Palestinian-Israeli water conflict. London: I. B. Tauris, 2008. 241 p.

**ANEXO A**

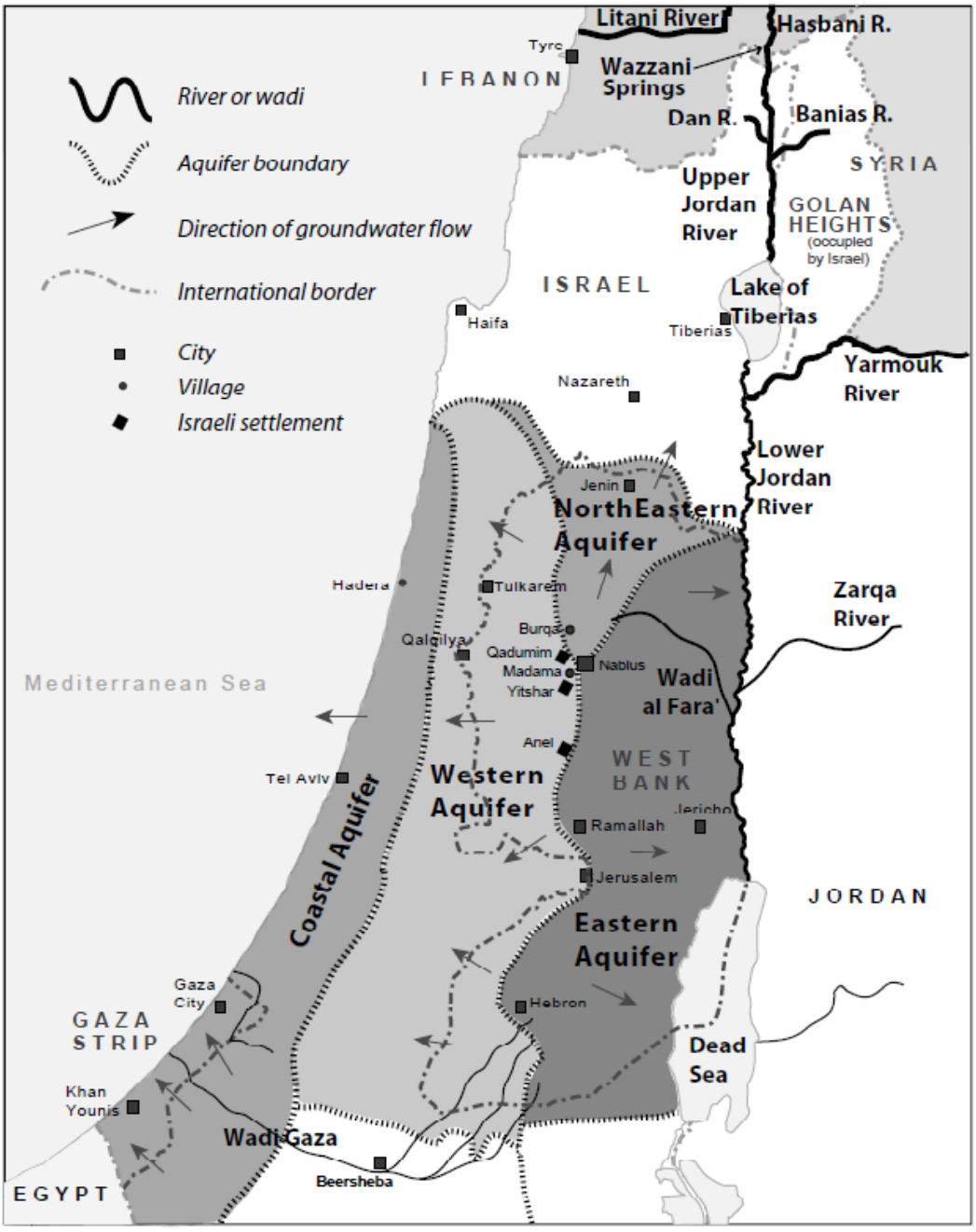


FIGURA 1 - Recursos hídricos de superfície e subterrâneos transfronteiriços da Palestina e Israel:sistema do Rio Jordão e quatro aquíferos

Fonte: ZEITOUN, 2008, p. 47.

**ANEXO B**

FIGURA 2 - Linha Verde (*Green Line*), 1948
Fonte: J STREET, 2022.

# ANEXO C

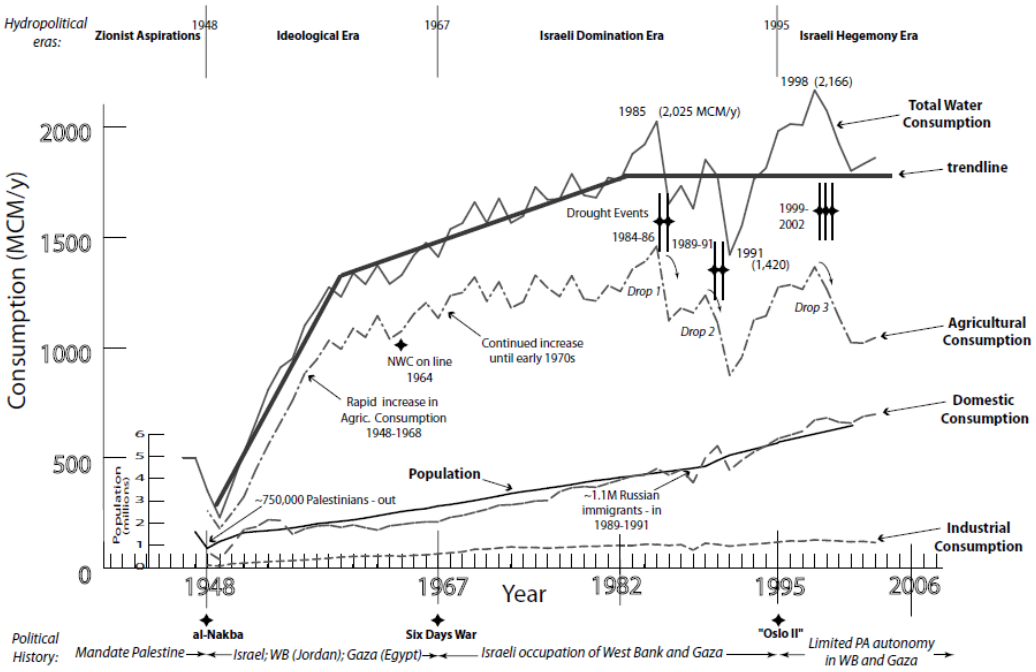


FIGURA 3 - Consumo total de água de Israel, em MCM/ano, 1948-2003
Fonte: ZEITOUN, 2008, p. 134.

# ANEXO D

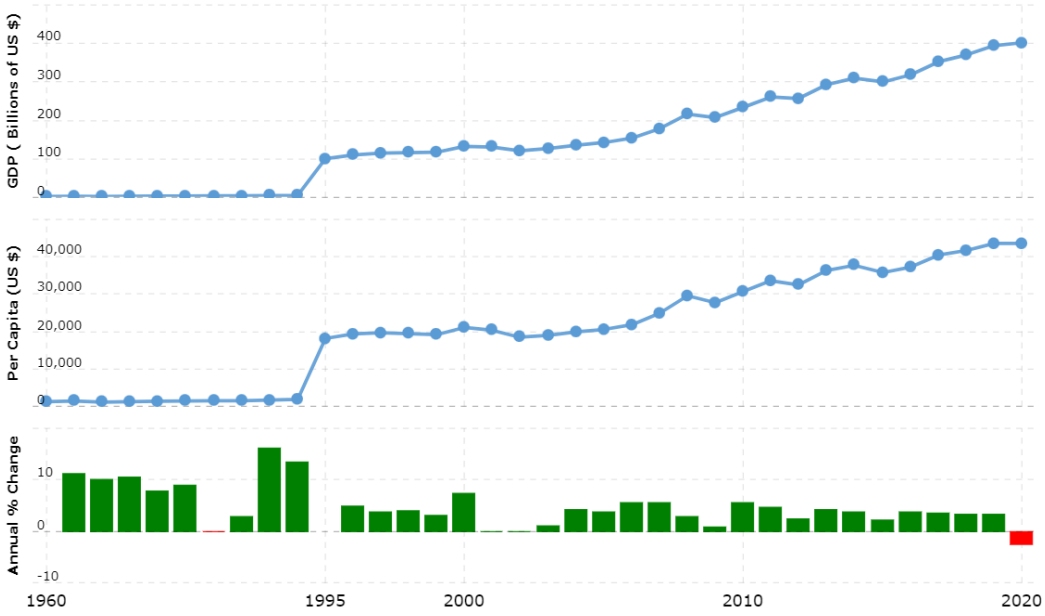


FIGURA 4 - Evolução do PIB de Israel, 1960-2022
Fonte: ISRAEL..., 2022.

**ANEXO E**

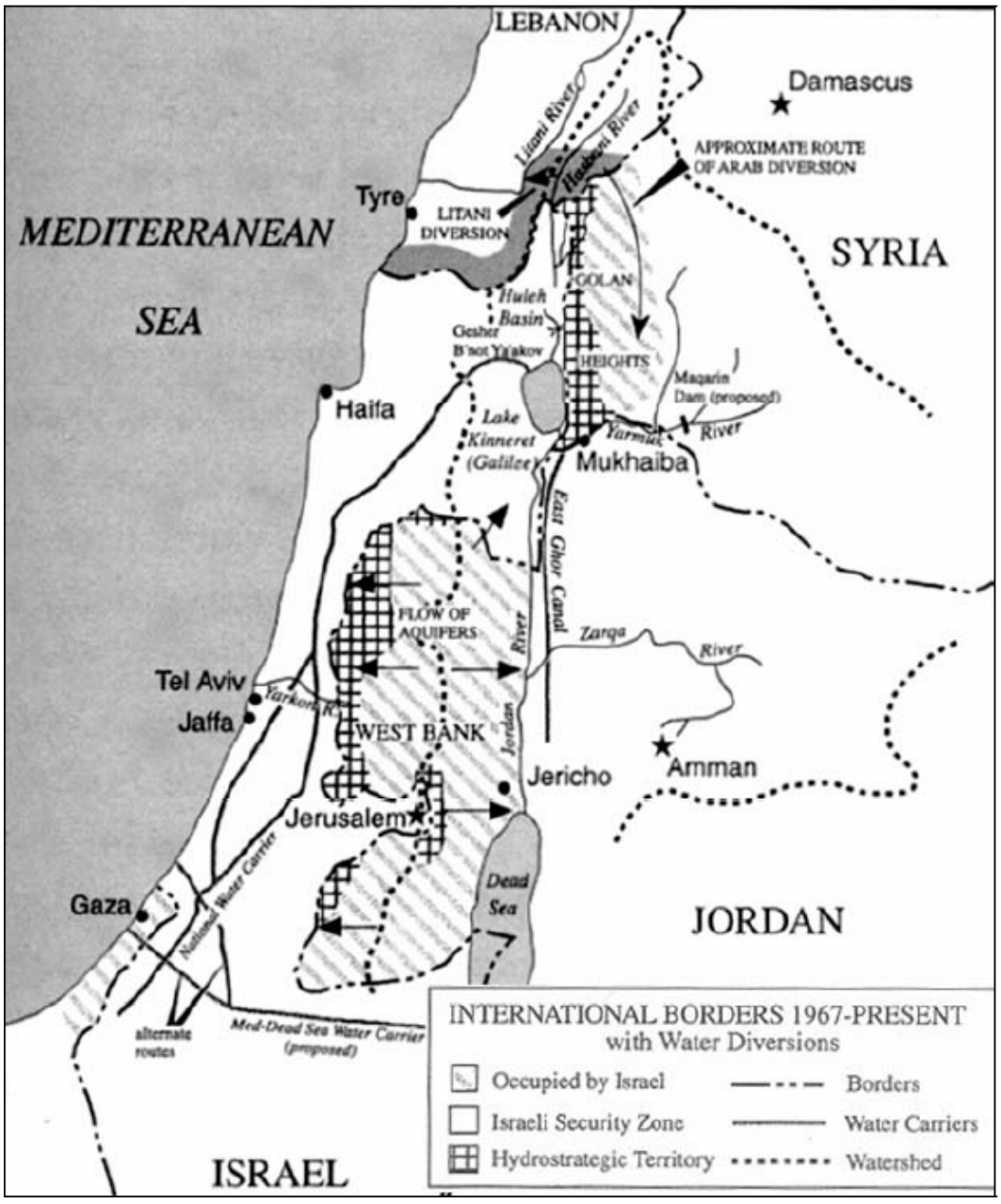


FIGURA 5 - Território hidroestratégico para Israel na Cisjordânia
Fonte: ZEITOUN, 2008, p. 77.

**ANEXO F**

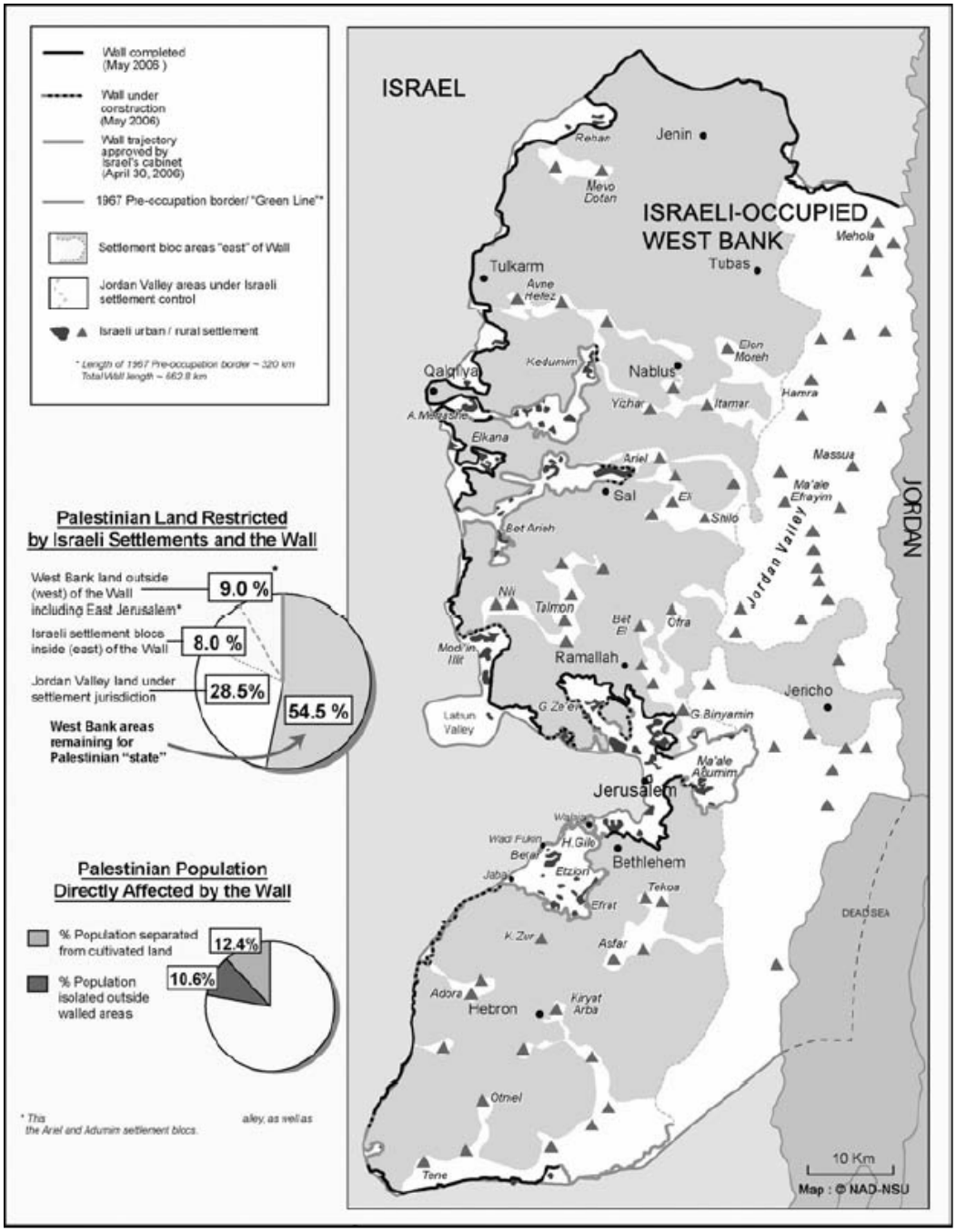


FIGURA 6 - Muro de separação da Cisjordânia
Fonte: ZEITOUN, 2008, p. 94.

# ANEXO G

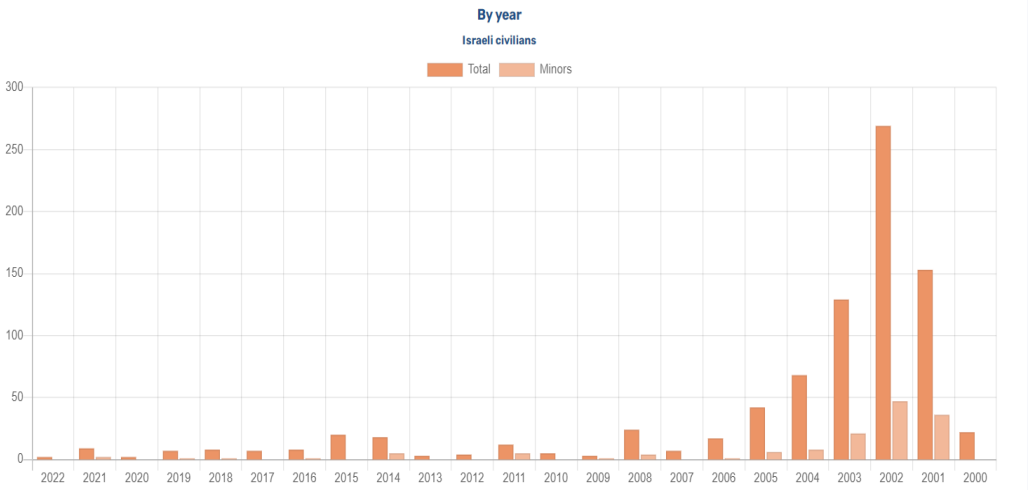


FIGURA 7 - Número de civis mortos, por ano, após as negociações de *Camp David II*. A Segunda Intifada ocorreu entre 2000 e 2005
Fonte: B'TSELEM, 2022.

# ANEXO H

TABELA 1
Alocações/consumo das fontes de recursos hídricos transfronteiriços entre Israel e a Palestina, 2003

| Transboundary Water Source | Allocation or consumption (MCM/y) Israel | Palestine |
|---|---|---|
| *Surface Water* | | |
| Jordan River System [39] | 660 | 0 |
| Wadi al Far'a [40] | 6 | 6–12 |
| Wadi Gaza [41] | 25 | 0 |
| *sub–total* | ***691*** | ***9*** |
| *Groundwater* | | |
| Eastern Aquifer Basin | 40 [42] | 68 [43] |
| North Eastern Aq. Basin [42] | 103 | 42 |
| Western Aquifer Basin [42] | 340 | 22 |
| Coastal Aquifer Basin [44] | 429 | 135 |
| *sub–total* | ***912*** | ***267*** |
| *Total* | **1,603** | **276** |

Nota: Tabela não inclui fontes endógenas como o Aquífero do Negev, por exemplo. Também não considera as fontes de "água nova" tais como a água proveniente da dessalinização ou do reuso.
Fonte: ZEITOUN, 2008, p. 58.

# ANEXO I

TABELA 2

Recarga natural, descarga e taxa de captação dos poços das Bacias que compõem o Aquífero da Montanha, 2001

| Basin | Recharge | | Discharge | Wells | | | | | Springs | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Average estimated Recharge | Range | Wells and springs inside and outside the West Bank | Pal. and Israel wells | Palestinian | Israeli | | | Pal. and Israeli springs | Palestinian | Israeli | | | |
| | | | | | | Sub-total | Inside | Outside | | | Sub-total | Inside West Bank (Saline) | Outside West Bank | |
| | | | | | | | the West Bank | | | | | | Fresh | Saline |
| EAB | 161 | 125 - 197 | 204.8 | 62.7 | 26.4 | 36.3 | 34.3 | 2.0 | 142.1 | 45.5 | 96.6 | 88.3 | 0.94 | 7.36 |
| NEAB | 145 | 132 - 177 | 184.1 | 91 | 19.1 | 71.9 | 12.9 | 59.1 | 93.0 | 17.8 | 75.2 | 0 | 75.2 | |
| WAB | 366 | 317.5 - 366 | 621.0 | 571.6 | 26.8 | 544.8 | 2.8 | 542 | 49.4 | 2.6 | 46.8 | 0 | 46.8 | |
| *TOTAL* | *672* | - | *1009.9* | *725.3* | *72.3* | *653* | *50* | *603.1* | *284.5* | *65.9* | *218.6* | *88.3* | *130.3* | |

Nota: Unidade de medida: MCM/ano.

EAB = Bacia Aquífera Oriental;

NEAB = Bacia Aquífera do Nordeste;

WAB = Bacia Aquífera Ocidental.

Tabela não inclui a Bacia Aquífera Costeira, transfronteiriça entre Israel e a Faixa de Gaza.

Fonte: ZEITOUN, 2008, p. 50.

# ANEXO J

TABELA 3
Produção e consumo de água israelense e dados de consumo de água palestina, 1946-2003
(Continuação)

| | *Israeli Total Water Consumption* | | | | | *Israeli Freshwater Production* | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| YEAR | DOM | IND | AG | TOTAL | Palest'n Total Cons'n | BH | SW | TOTAL |
| 1947 | | | | | 500 | | | |
| 1948 | 75 | 15 | 260 | 350 | 350 | 200 | 150 | 350 |
| 1949 | 40 | 10 | 180 | 230 | 300 | 130 | 100 | 230 |
| 1950 | 104 | 21 | 250 | 375 | 280 | 150 | 225 | 375 |
| 1951 | 176 | 24 | 325 | 525 | 250 | 275 | 250 | 525 |
| 1952 | 188 | 27 | 450 | 665 | 218 | 365 | 300 | 665 |
| 1953 | 220 | 30 | 560 | 810 | 220 | 460 | 350 | 810 |
| 1954 | 217 | 33 | 660 | 910 | 230 | 535 | 375 | 910 |
| 1955 | 155 | 35 | 760 | 950 | 228 | 500 | 400 | 1000 |
| 1956 | 179 | 38 | 883 | 1100 | 225 | 625 | 425 | 1050 |
| 1957 | 192 | 42 | 946 | 1180 | 220 | 675 | 425 | 1025 |
| 1958 | 195.6 | 46.1 | 1032.3 | 1274 | 225 | 833.7 | 470.1 | 1303.8 |
| 1959 | 185.9 | 51 | 993.2 | 1230.1 | 230 | 784.9 | 486.7 | 1271.6 |
| 1960 | 197 | 54 | 1087 | 1338 | 228 | 869.8 | 468.1 | 1337.9 |
| 1961 | 184 | 56 | 1047 | 1287 | 227 | 834 | 422.6 | 1256.6 |
| 1962 | 173.8 | 55.1 | 1144.2 | 1373.1 | 225 | 950.8 | 456.9 | 1407.7 |
| 1963 | 192.6 | 57.2 | 1038.6 | 1288.4 | 220 | 902.1 | 423.7 | 1325.8 |
| 1964 | 199.1 | 54.4 | 1075.4 | 1328.9 | 225 | 861.9 | 531.3 | 1393.2 |
| 1965 | 206.4 | 59.2 | 1152.9 | 1418.5 | 228 | 882.3 | 624.1 | 1506.4 |
| 1966 | 210.7 | 60.8 | 1203 | 1474.5 | 230 | 966 | 629.9 | 1595.9 |
| 1967 | 211.4 | 66 | 1133.3 | 1410.7 | 227 | 925.8 | 673.2 | 1599 |
| 1968 | 231.2 | 70.2 | 1235.4 | 1536.8 | 225 | 973.6 | 694.8 | 1668.4 |
| 1969 | 239.7 | 74.9 | 1249.3 | 1563.9 | 220 | 957.4 | 753.3 | 1710.7 |
| 1970 | 253.7 | 86.3 | 1319 | 1659 | 228 | 1024.2 | 781.7 | 1805.9 |
| 1971 | 267.6 | 87.1 | 1210.1 | 1564.8 | 230 | 954.2 | 785.3 | 1739.5 |
| 1972 | 285.9 | 92.4 | 1297.3 | 1675.6 | 225 | 1043.4 | 769.8 | 1813.2 |
| 1973 | 288.2 | 97 | 1179.9 | 1565.1 | 228 | 1110.6 | 593.1 | 1703.7 |
| 1974 | 294.7 | 94.4 | 1207.1 | 1596.2 | 230 | 1042.1 | 714.4 | 1756.5 |
| 1975 | 305.4 | 94.5 | 1327.9 | 1727.8 | 225 | 1139.5 | 661.4 | 1800.9 |
| 1976 | 307.3 | 91.2 | 1271.2 | 1669.7 | 220 | 1048.1 | 713.5 | 1761.6 |
| 1977 | 347.6 | 94.3 | 1231.5 | 1673.4 | 222 | 1051.6 | 711.2 | 1762.8 |
| 1978 | 365.5 | 96.2 | 1325 | 1786.7 | 225 | 1161.5 | 692.1 | 1853.6 |
| 1979 | 370.1 | 100.1 | 1220 | 1690.2 | 228 | 1119.6 | 623.7 | 1743.3 |

Nota: Todos os valores em MCM/ano, exceto os valores populacionais que estão em milhões.
DOM = consumo do setor doméstico;
IND = consumo do setor industrial;
AG = consumo do setor agrícola;
BH = Produção de poços;
SW = produção de água superficial israelense.
Os números de produção são apenas para água doce e não incluem água gerada por águas residuais técnicas de reutilização ou dessalinização. Os números de consumo israelense de 1993 em diante incluem água gerada pela reutilização de águas residuais ou dessalinização, a grande maioria das quais é utilizada no setor agrícola (aproximadamente 200 MCM/ano até 2005). Isso explica por que o "consumo" os números são às vezes maiores do que os números de "produção".

TABELA 3
Produção e consumo de água israelense e dados de consumo de água palestina, 1946-2003
(Conclusão)

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 367.6 | 99.7 | 1211.6 | 1678.9 | 230 | 1028.6 | 718.6 | 1747.2 |
| 1981 | 385.1 | 103 | 1281.7 | 1769.8 | 225 | 1040.3 | 748.2 | 1788.5 |
| 1982 | 400.9 | 103.2 | 1254.6 | 1758.7 | 220 | 1092.4 | 762.9 | 1855.3 |
| 1983 | 418.8 | 103.2 | 1355.7 | 1877.7 | 222 | 1129.1 | 715.1 | 1844.2 |
| 1984 | 422.4 | 109 | 1388.7 | 1920.1 | 230 | 1191 | 798 | 1989 |
| 1985 | 451.5 | 108.1 | 1464.7 | 2024.3 | 227 | 1213.1 | 864.9 | 2078 |
| 1986 | 423.1 | 103.8 | 1125.3 | 1652.2 | 235 | 1064 | 665.1 | 1729.1 |
| 1987 | 446.5 | 107.5 | 1178.7 | 1732.7 | 227 | 1015.7 | 834.5 | 1850.2 |
| 1988 | 388.6 | 83 | 1157.8 | 1629.4 | 230 | 942.1 | 715.5 | 1657.6 |
| 1989 | 500.6 | 113.8 | 1236.8 | 1851.2 | 235 | 1109.9 | 887.5 | 1997.4 |
| 1990 | 554.8 | 108.4 | 1113 | 1776.2 | 233 | 1209 | 654 | 1863 |
| 1991 | 444.8 | 100.4 | 874.8 | 1420 | 240 | 990.4 | 459.8 | 1450.2 |
| 1992 | 490.1 | 105.8 | 955.3 | 1551.2 | 260 | 837.8 | 805.6 | 1643.4 |
| 1993 | 527 | 110 | 1125.4 | 1762.4 | 268 | 990.3 | 721.9 | 1712.2 |
| 1994 | 555.5 | 113.9 | 1143.6 | 1813 | 270 | 996.5 | 773 | 1769.5 |
| 1995 | 588.1 | 119.4 | 1273.8 | 1981.3 | 280 | 1089.2 | 829.5 | 1918.7 |
| 1996 | 604 | 124.4 | 1284.3 | 2012.7 | 282 | 1081 | 847.3 | 1928.3 |
| 1997 | 621.2 | 122.8 | 1263.8 | 2007.8 | 280 | 1093.3 | 873.3 | 1966.6 |
| 1998 | 671.7 | 129.2 | 1364.9 | 2165.8 | 282 | 1222.6 | 881.1 | 2103.7 |
| 1999 | 681.8 | 126.5 | 1264.6 | 2072.9 | 285 | 1474.4 | 527.6 | 2002 |
| 2000 | 662.1 | 124.2 | 1137.4 | 1923.7 | 290 | 1181.6 | 669.1 | 1850.7 |
| 2001 | 658.4 | 120.1 | 1021.9 | 1800.4 | 310 | 1164.6 | 542.9 | 1707.5 |
| 2002 | 688 | 122 | 1021 | 1831 | 320 | 1086 | 538 | 1912 |
| 2003 | 698 | 117 | 1045 | 1860 | 331 | 830 | 852 | 1970 |

Fonte: ZEITOUN, 2008, p. 176.